Tribuna da Luta Operária

ANO VII - Nº 281 - DE 8 A 14 DE SETEMBRO DE 1986

Cz$ 2,50

Bancários preparam nova greve nacional

Foto: Dario Gabriel

Estudantes cearenses vão à luta contra SNI

Prisões, passeata, vigília... o movimento estudantil do Ceará declara guerra aos órgãos de espionagem que a ditadura montou na universidade. E põe a nu uma máquina de bisbilhotagem que está funcionando até hoje, mas agora recebeu um duro golpe. Pág.4

Os 800 mil bancários brasileiros, unidos em plano nacional, prometem repetir dia 10 a dose do ano passado, entrando em greve. É que os banqueiros se mostraram irredutíveis nas negociações, chorando misérias, embora só a cobrança de serviços bancários, autorizada após o Plano Cruzado, lhes renda o equivalente a 68% da folha de pagamento. Última página.

EDITORIAL

Greves maduras

Bancários preparam uma greve nacional. Professores paulistas também devem paralisar suas atividades. Motoristas de São Paulo e de Salvador realizaram greves na semana passada. Diante deste quadro os reacionários gritam como se o mundo estivesse para acabar. Afirmam logo que está em andamento um plano sinistro. Não admitem jamais que tais movimentos revelam a situação de penúria em que vive o nosso povo.

No caso dos bancários as coisas são muito claras. Cerca de 46% da categoria ganha menos de três salários mínimos e aproximadamente 150 mil bancários foram demitidos a pretexto de uma "adaptação" ao Plano Cruzado. Enquanto isto os banqueiros tiveram o direito de furar o congelamento dos preços passando a cobrar os serviços prestados. E ganharam tanto com esta falcatrua que pagam com o dinheiro arrecadado cerca de 68% da folha de pagamento. Dez bancos que fizeram balanços neste primeiro semestre tiveram um lucro global de 36,6 bilhões de cruzados.

Os professores paulistas nada mais pedem do que recuperar uma situação anterior. Em 1979 o piso salarial da categoria era de 5,1 salários mínimos. Em março deste ano já estava recebendo apenas 2,2 mínimos. A reivindicação da categoria é voltar a um piso de cinco salários.

Os mesmos que ignoram esta grave realidade, fazem também vistas grossas em relação à escandalosa campanha contra o congelamento de preços empreendida pelos grandes empresários e pelos atravessadores. A tal ponto do ágio ir se tornando uma rotina, ou então a falta do produto.

Os trabalhadores não lutaram contra o regime militar para continuarem na mesma situação de exploração e opressão. Pelo contrário, usarão, e estão usando, as liberdades democráticas conquistadas para promoverem transformações significativas no país. E o recurso à greve, para obter reivindicações elementares, como as que estão em pauta, é um direito elementar dos assalariados.

Também os metalúrgicos de São Paulo estão preparando uma vigorosa campanha salarial para novembro. Já realizaram cerca de 200 paralisações exigindo aumento para compensar o trabalho extra a que estão submetidos com a elevação dos rítmos de produção.

Em todo o Brasil notam-se movimentos semelhantes. É próprio do capitalismo, pela lei da oferta e da procura, que a exigência de mais mão-de-obra leve a um encarecimento da mercadoria força de trabalho. Mas os patrões sempre fazem um jogo duro, querendo elevar simplesmente o lucro com a ampliação das taxas de exploração.

É claro que em determinadas situações os próprios capitalistas provocam os trabalhadores para que deflagrem movimentos grevistas onde os patrões têm interesse. No movimento dos motoristas, por exemplo, os empresários tinham a intenção de utilizar a greve para obter elevação dos subsídios ao combustível ou então aumento das tarifas. Mas não foram bem sucedidos. Os trabalhadores estão atentos para não serem utilizados como massa de manobra. Existem também dentro do movimento dos trabalhadores, os que agem como provocadores, que querem a greve pela greve como simples fator de desestabilização. Também estes não têm encontrado terreno favorável. As greves têm sido conduzidas de forma madura, em torno de reivindicações muito bem definidas e com habilidade para saber até onde se pode insistir na paralisação e onde se deve negociar. Nestas lutas os trabalhadores ganham experiência e respeitabilidade. Seu movimento ganha força e o sindicalismo se fortalece.

Gaúchos não perdoam a aliança do PDT com PDS

O que parecia uma esperta manobra vira uma promessa de desastre eleitoral. Pág.3

Os ônibus e tróleibus ficaram nas garagens, sem ter quem os dirigisse

Greve dos ônibus paralisa São Paulo

O movimento teve adesão maciça e restabeleceu a confiança da categoria, apesar do resultado econômico insatisfatório. Pág.10

O Cruzado sobrevive ao dia da eleição?

O deputado operário Aurélio Peres analisa o Plano Cruzado e mostra porque ele não consegue barrar a carestia. Pág.5

Foto: Ailton S. Leite

Tenente revela como mataram Rubens Paiva

Quinze anos depois do "desaparecimento" do ex-deputado, uma testemunha ocular atesta: ele foi realmente assassinado, na tortura, [illegible] da Polícia do Exército. Pág.4

Indústria do ágio sabota congelamento na cara dura

O próprio presidente do Sindicato do Frio confessa, na TV, que todo frigorífico cobra "por fora". Pág.6

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Allende no Palácio de La Moneda, pouco antes de ser abatido pelos comandados de Pinochet

Chile de Pinochet a caminho do confronto

No dia 11 completa 13 anos o golpe militar que derrubou Salvador Allende e levou o general Augusto Pinochet ao poder no Chile. Afogada em meio ao crescente protesto popular, isolada externamente e dividida, a ditadura dá sinais de esgotamento. Com a sucessão presidencial à vista, a oposição parece encontrar nas eleições diretas uma bandeira para forçar a saída do impasse.

Mais do que qualquer outro, o 11 de setembro deste ano é uma data de grande importância política, uma vez que às simples comemorações somam-se as ações políticas de dois lados que tendem a marchar para um confronto decisivo. O regime militar, por seu lado, manobra e ameaça, buscando amedrontar e dividir a oposição e isolar seus setores mais conseqüentes; esta procura um caminho político unitário que conduza o mais breve possível à restauração da democracia.

A crise chilena vem amadurecendo desde 1983, quando se retomaram os protestos de massa contra a ditadura. Se bem que desde o golpe de 1973 existisse uma ferrenha oposição a Pinochet, esta alargou-se com o fracasso econômico do modelo adotado pelos militares, calcado na abertura total do país para o saque do capital estrangeiro. Como resultado, hoje o desemprego atinge 30% da população economicamente ativa, enquanto a dívida externa *per capita* soma 1.800 dólares - a maior do mundo.

Setores que contribuíram decisivamente para a derrubada do governo da Unidade Popular, como caminhoneiros e a classe média urbana, lançaram-se aos protestos contra Pinochet, nos *cacerolazos* e greves que se sucederam nos últimos três anos. Os partidos políticos, até então calados ou constrangidos à mais estrita clandestinidade, passaram a expressar-se com crescente eloqüência e a formar blocos opositores - atualmente destacam-se dois: um encabeçado pela democracia cristã e outro formado por setores da esquerda. Os trabalhadores organizaram seu Comando Nacional, o CNT, e, finalmente, no início deste ano funda-se uma articulação unitária das organizações populares, a Assembléia da Civilidade.

A ditadura não passou ilesa por este processo. Pinochet foi-se transformando em alvo cada vez mais claro do ódio do povo chileno, e com isso o regime por ele personalizado torna-se cada vez mais vulnerável. A nível externo, crescem os reclamos pela restauração da democracia, ao mesmo tempo em que se esboça uma manobra dos EUA para substituir o desgastado general. E nas próprias Forças Armadas chilenas aumenta a inquietação com as perspectivas sombrais que se anunciam no horizonte político.

A sucessão presidencial, marcada pelos próprios militares para 1989, pode funcionar como catalisador para o desenlace do impasse vivido pelo Chile. Pinochet insiste em continuar à frente do governo, mas setores militares insinuam a possibilidade de colocar em seu lugar um outro nome, com a missão específica de conduzir uma "descompressão controlada". E a oposição, que ao longo dos anos acumulou forças em seguidas jornadas de protesto, passa a acenar a bandeira concreta de uma alteração constitucional que estabeleça a eleição direta do próximo presidente - uma campanha que pode aproximar o Chile de uma saída democrática.
(Pedro Ivo)

Estenssoro decreta sítio para melhor reprimir mineiros

Mais um atentado contra a democracia na Bolívia. Desta vez não foi um golpe militar (o país sofreu 190 golpes, em 158 anos de República), mas o estado de sítio, decretado pelo presidente Paz Estenssoro. A principal vítima continua sendo o povo, especialmente os trabalhadores das minas, agora sob ameaça de demissões em massa.

O presidente boliviano resolveu fechar as minas de estanho, alegando que o preço do minério as levava à falência. Com isso, deixou no desamparo e desemprego cerca de 20 mil trabalhadores. Cidades inteiras estão condenadas à extinção, pois vivem em função das minas. Mas o chefe do governo foi mais longe. Resolveu também privatizar as outras minas do país que dão lucros, quebrando o monopólio estatal do setor.

Os mineiros formam, de longe, a categoria mais combativa do país. Organizados na Central Operária Boliviana (COB), são a alma da classe trabalhadora local, e as medidas de Estenssoro golpeiam duramente as conquistas operárias e democráticas. De imediato, organizaram a resistência às medidas antinacionais do presidente.

Uma "Marcha pela Vida e pela Paz" foi iniciada em Oruro, rumo a La Paz, a capital, distante 200 km. Malvestidos, com problemas de insolação, pés dilacerados por bolhas, os mineiros foram amparados ao longo do percurso, por seus companheiros que moram à beira da estrada, de quem recebiam alimentos e abrigo.

Após uma semana de caminhada, estavam a 50 km de La Paz quando presidente Estenssoro decretou o estado de sítio. O chefe do governo apelou para o surrado argumento - tão utilizado pelos militares golpistas em seu país - da "ação política de grupos extremistas que planejam a interrupção do processo democrático". E, canhestramente, em defesa da liberdade, proibiu a entrada dos mineiros na capital, ordenou a ocupação por tropas militares de emissoras de rádio e televisão, rodovias, universidades, aeroportos e edifícios públicos.

CLANDESTINIDADE

Mais de 300 pessoas - líderes populares, sindicalistas, jornalistas e gente simples do povo - foram presas e enviadas para regiões inóspitas, "de onde não sairão tão cedo", conforme asseverou com arrogância o ministro da Defesa.

Como nos tempos da ditadura militar, a COB viu-se obrigada a atuar na clandestinidade, com suas principais lideranças sendo perseguidas. A entidade convocou uma greve de protesto, que teve adesão massiva nas minas. Também os estudantes estão boicotando as aulas. E enquanto os bolivianos caminham sobressaltados pelas ruas, ameaçados pelos soldados que esquadrinham os quarteirões à procura de lideranças populares, as tropas norte-americanas, convidadas por Estenssoro sob o pretexto de "combate ao narcotráfico", passeiam pelas terras da América Latina, livremente. Impunemente. Prontas para o combate em defesa do governo anti-povo.

O cerco dos militares forçou os mineiros a voltarem atrás na passeata

Reagan aumenta o terror contra Líbia

Apesar de concluídas as manobras militares conjuntas dos EUA e Egito próximas à Líbia (embora o porta-avião Forrester tenha permanecido no Mediterrâneo), as provocações do governo Reagan ao dirigente líbio continuam. No último dia 30, o general Bernard Rogers, comandante das forças norte-americanas e da OTAN na Europa, afirmou que existem provas de que o coronel Muamar Kadafi "está planejando novas ações terroristas" e que se esses atentados forem cometidos, a Líbia poderá ser atacada pelos EUA, desta vez com bombardeiros B-52H - que voariam diretamente de território norte-americano - e com mísseis Cruise lançados de navio ou avião.

Dois dias antes dessa afirmação, 18 caça-bombardeiros norte-americanos F-11 haviam chegado à Inglaterra - de onde partiram os aviões que atacaram a Líbia no dia 15 de abril - para, segundo o Pentágono, participar de manobras da OTAN.

Segundo o jornal "Washington Post", o governo Reagan está fazendo uma "guerra de nervos" contra Kadafi, com o objetivo de "assustá-lo a ponto de induzi-lo a uma reação irracional". Mas, enquanto a imprensa norte-americana publica as inúmeras "advertências" do governo Reagan ao coronel Kadafi, o emissário "especial" dos EUA continua sua "visita" aos países aliados europeus, onde estaria pedindo a cooperação na luta contra o "terrorismo". Na Espanha, primeira escala, teria pedido a ampliação das sanções econômicas contra a Líbia e, segundo a imprensa espanhola, teria apresentado ao primeiro-ministro Felipe Gonzales "evidências da implicação líbia em recentes ações terroristas na Europa". Durante as comemorações do 17º aniversário da chegada de Kadafi ao poder, o dirigente líbio desafiou Reagan - que chamou de louco, idiota, ex-nazista, assassino de criança, cão raivoso de Israel, agente sionista, velho caduco e ator de segunda classe - a apresentar "uma só prova" de que a Líbia promove atos terroristas.

Governo francês elogia crime contra Greenpeace

O Exército francês "tem todos os motivos para orgulhar-se dos dois oficiais" que participaram do atentado contra o navio Rainbow Warior, da organização ecologista Greenpeace - que foi afundado em julho de 1985, provocando a morte do fotógrafo português Fernando Pereira. Essa afirmação foi feita, no último dia 1º, pelo primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, dois dias após a denúncia dos jornalistas Jacques Derogy e Jan-Marie Pontaut, à revista "L'Express", de que o presidente François Mitterrand autorizou o serviço secreto francês (a DGSE) a planejar e realizar o atentado a bomba contra o Rainbow Warrion.

Chirac cobre-se de flores no Pacífico, mas apóia o terrorismo

O navio dos pacifistas foi afundado por minas, nas proximidades de um porto da Nova Zelândia, quando se dirigia ao atol de Mururoa para protestar contra os testes nucleares que a França realiza no local. Na ocasião, foram presos dois agentes franceses - major Alian Mafart e a capitã Dominique Prieur - que confessaram a autoria do atentado.

Segundo Derogy e Pontaut, que lançaram no dia 3 o livro "Investigação sobre três segredos de Estado", a sabotagem contra o Warrion foi ornada pelo ex-ministro da Defesa da França, Charles Hernu, e apenas duas pessoas tinham conhecimento do plano: Mitterrand e o chefe do Estado-maior, general Jean Saulnier.

Múltis de medicamentos ameaçam o Paquistão

Não é só no Brasil que as multinacionais sabotam a política econômica governamental. No Paquistão, um grupo de 25 empresas subsidiárias de grupos europeus e norte-americanos, de medicamentos, como Wellcome, Boots, Hoechst e Parke Davis, publicaram na imprensa um anúncio exigindo um aumento geral de 30% nos preços de suas drogas, para fazer frente a um aumento de 2,5% nos impostos sobre ingredientes importados de seus produtos.

M.S. Habib, testa-de-ferro da multinacional Wellcome, anunciou que as múltis vão cortar as margens de lucro dos proprietários de farmácias, "para forçar os varejistas a entrarem em greve, até que o Ministério da Saúde faça um acerto conosco". As multinacionais monopolizam 80% do mercado farmacêutico local. E são acusadas de empurrarem drogas e medicamentos condenados em seus países de origem para o consumo dos paquistaneses. Além disso, boicotam a fabricação de ingredientes básicos e semi-básicos no próprio Paquistão.

Solidariedade no Brasil a preso político da Turquia

Os brasileiros estão participando da campanha pela libertação dos jornalistas Ilke Demir, preso há dois anos na Turquia por suas idéias democráticas. Demir tem 33 anos, é casado e tem uma filha. Não foi julgado, mas sofreu torturas brutais. Sofre de asma e não tem recebido tratamento médico adequado.

O jornalista editava o órgão oficial do Partido dos Trabalhadores Socialistas da Turquia, "Kitle", colocado na ilegalidade após o golpe militar de setembro de 1980. Em abril de 1984 Demir foi preso, acusado pelos artigos e pelas idéias que defendia quando seu partido e seu jornal eram legais.

Jornalistas e outros trabalhadores brasileiros podem pressionar o governo turco enviando cartas para o primeiro-ministro Turgut Ozal, Escritório do Primeiro Ministro, Basbakanlik, Ankara, Turquia, exigindo a sua libertação. A prisão de Demir viola o artigo 10 da Convenção Européia de Direitos Humanos, assinada pela Turquia.

África do Sul condena até negros adolescentes

A polícia sul-africana matou mais 21 negros e feriu cerca de 100, no último dia 29, ao reprimir manifestações contra o despejo de moradores de um bairro da imensa favela de Crossaroads - onde moram cerca de 1,5 milhão de negros - que estão boicotando o pagammnto de aluguéis como forma de protesto contra o apartheid.

Na pequena cidade de Ashton, o juiz branco A.J. Van Wijk condenou, no dia 1º, 13 adolescentes negros, com idades entre 13 e 18 anos, a penas de sete a dez anos de prisão. As crianças foram acusadas de haver apedrejado e incendiado casas de brancos em novembro passado. Após pronunciar a sentença, o juiz afirmou: "O tribunal sente grande compaixão pelos acusados, mas a Justiça nada tem em comum com a compaixão sentimentalista".

Grupo de direita mata três parlamentares colombianos

Três parlamentares da União Patriótica (UP) - o senador Pedro Nel Jimenez Obando, o vereador Quimbaya Montejo e o deputado suplente Leonardo Posada Pedroza - foram assassinados por grupos de direita, nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro. Em todos os casos, os assassinos, que atiraram quase à queima-roupa, fugiram.

A UP é um partido fundado há cerca de um ano por ex-militantes da organização guerrilheira Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que mantém um acordo de trégua com o governo. A UP concorreu pela primeira vez às eleições parlamentares de março passado, conseguindo eleger uma bancada de 14 membros. Segundo a própria FARC, durante esse um ano de cessar-fogo, o grupo perdeu cerca de 250 homens

Uruguaios realizam marcha contra anistia a algozes

Cerca de 50 mil pessoas realizaram, no último dia 29 uma "marcha pela justiça e contra a impunidade", no centro de Montevidéo, para protestar contra o projeto de anistia aos militares responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante o regime militar de 1973 a 1985. O projeto de anistia havia sido enviado na véspera pelo presidente Julio Sanguinetti ao Congresso, onde tem 90 dias para ser discutido e votado.

O projeto do presidente Sanguinetti - que recebeu o apoio quase unânime de seu Conselho de Ministros, com exceção de Raul Ugarte, da Saúde - concede anistia completa e irrestrita aos responsáveis por "todos os delitos" cometidos durante a chamada luta antisubversiva. Segundo as organizações de direitos humanos, um em cada 55 uruguaios foi preso e/ou torturado pela ditadura, além dos 164 "desaparecidos", inclusive oito crianças.

Fundação Maurício Grabois

O naufrágio da união do PDT e PDS gaúchos

O arranjo eleitoreiro entre PDT e PDS no Rio Grande do Sul está dando em água. As pesquisas de eleitorado reservam o terceiro lugar - com apenas 9% das preferências - ao candidato da coligação. E, no desespero de tentar demonstrar força, foi divulgada uma lista com os nomes de 82 prefeitos do PDS e 23 do PDT que apoiariam Aldo Pinto, o candidato da coligação. Mas mesmo isso foi um fiasco: o prefeito de Planalto, Idílio Zamin (cujo nome consta na lista) anunciou sua saída do PDT. E, o que é mais grave, entre os prefeitos "assinantes" do documento está Adão Teixeira da Silveira, do PDS de Lavras do Sul, que morreu há um ano...

Já na convenção que aprovou a coligação ocorreram protestos contra a aliança do partido de Brizola com o partido da ditadura militar. O prefeito do PDT de Quaraí ingressou no PMDB, e o Diretório Municipal do PDT de Ijuí declarou-se independente do diretório regional.

ELEITORES DESCONTENTES

No PDS a situação não é diferente. Aqueles que ainda não confiam em Brizola não aceitaram a coligação. O vice-governador Cláudio Strasburgues retirou sua candidatura a deputado federal, por discordar da aliança com o brizolismo, e anunciou que apoiará somente os candidatos de seu partido às eleições proporcionais. Seu gesto contou com a solidariesdade de nove prefeitos pedessistas.

O eleitorado também não gostou da aliança aberta do PDT com a direita. O operário João Costa, da Zivi - uma das maiores metalúrgicas do Estado - comenta: "É uma sacanagem política. Normalmente eles andam criticando um ao outro. São duas filosofias diferentes, que não têm porque se juntar". Funcionário da Hércules, o operário Antônio Reis revela que durante 16 anos votou nos candidatos da família Satte - primeiro no MDB, depois no PDT. Mas que após a coligação ele desanimou e não deixa nem colocar placa na sua casa com os candidatos da coligação.

O operário Moacir, de idade avançada, garante: "Votei no PDT e não voto mais. Nem minha família e nem meus colegas de seção". O operário Joel, também da Zivi, diz que não engole o acordo com o PDS, "pois este partido por 20 anos sustentou o regime militar, que nos deixou atolados".

Este é um dos elementos do quadro promissor das eleições no Rio Grande do Sul. Aliado à não aceitação da coligação entre PDT-PDS está o crescimento da candidatura de Pedro Simon ao governo - chegando a obter 47% de apoio nas pesquisas. O PC do B conclamou os gaúchos a "derrotar o populismo demagógico do PDT de mãos dadas ao não menos apodrecido reacionarismo do PDS, que o povo não esquece. Esse mesmo povo que não se enganará e saberá repudiar aos que lhe tentam manipular". Os comunistas apóiam a candidatura de Pedro Simon. **(da sucursal)**

Candidatura comunista vai longe na Amazônia

Em menos de um mês de campanha, mais de 101 pessoas filiaram-se ao Partido Comunista do Brasil no município do interior amazonense Carauari, localizado no Alto Rio Juruah, distante oito dias de barco de Manaus, com 22 mil habitantes e um Colégio Eleitoral de 5 mil eleitores. O candidato comunista à Assembléia Legislativa, José Marinho, filho da região e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, atribui o crescimento do partido "ao vigor, à justeza de suas teses e à grande aceitação por parte dos seringueiros, estudantes, professores e outras camadas populares". Em contrapartida, o desempenho do PC do B vem preocupando os grandes comerciantes e seringalistas locais.

O município tem sua economia baseada no extrativismo - borracha e madeira, detendo também a maior reserva de gás natural do Estado - de 32 milhões de metros cúbicos, segundo a Petrobrás. Seu povo, porém, vive em sérias dificuldades. O PC do B tem como meta, no município, além de aumentar o número de filiados, organizar até janeiro de 1987 a União dos Estudantes de Caruari - UEC, o núcleo da Associação dos Professores, associações de moradores em vários bairros, tendo em vista facilitar a luta desses segmentos. Propõe-se igualmente, a continuar apoiando as entidades dos trabalhadores rurais e pescadores. O candidato José Marinho é considerado um dos favoritos na região. **(da sucursal)**

Amazonas expõe teses do PC do B em Goiânia

Cerca de mil pessoas participaram do debate com o presidente nacional do PC do B João Amazonas, sobre "Constituinte e poder", realizado dia 27 em Goiânia dentro do ciclo de conferências "Universidade e Constituinte", promovido pela Universidade Federal de Goiás.

Muito aplaudido por uma platéia atenta Amazonas enumerou as propostas dos comunistas para a Constituinte, em especial a que se refere à forma de governo, reformulação dos poderes Legislativo e Judiciário, inclusive com a extinção do Senado. O presidente do PC do B defendeu a instituição de um governo de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, ressaltando que a fórmula não foi copiada de modelo algum existente em outros países, sendo antes, fruto de um exame de nossa própria realidade: "Que eses dois poderes em conjunto", acentuou, "assumam o comando da nação. Esse governo de co-responsabilidade demanda, sem dúvida, limitações dos poderes atuais do presidente da República, e demanda, ao mesmo tempo, uma reformulação do Poder Legislativo".

CÂMARA MUNICIPAL

No dia seguinte, João Amazonas participou de uma sessão especial da Câmara Municipal de Goiânia, em que lançou, oficialmente, as teses do PC do B à Constituinte. Ele foi homenageado pelas lideranças dos partidos políticos com assento naquela casa, que ficou completamente lotada por trabalhadores rurais e populares. Na ocasião, Amazonas criticou duramente o monopólio da terra e defendeu uma reforma agrária que atenda em profundidade os interesses dos camponeses. **(da sucursal)**

Foto: Ailton S. Leite

O comício ADP-Quércia dia 29; "O que importa agora é tomarmos a lição da Praça da Sé e ganharmos as ruas", afirma Almino Affonso

Quércia fará mais comícios

50 mil foram ao ato da Sé

O "comício da arrancada" da Aliança Democrática e Popular na sexta-feira, dia 29, deu de fato um novo impulso à candidatura de Orestes Quércia ao governo do Estado de São Paulo. Cerca de 50 mil pessoas participaram da manifestação na Praça da Sé, gerando maior otimismo no comando da ADP - que reune o PMDB, PC do B, PSB, PCB e setores do PDT.

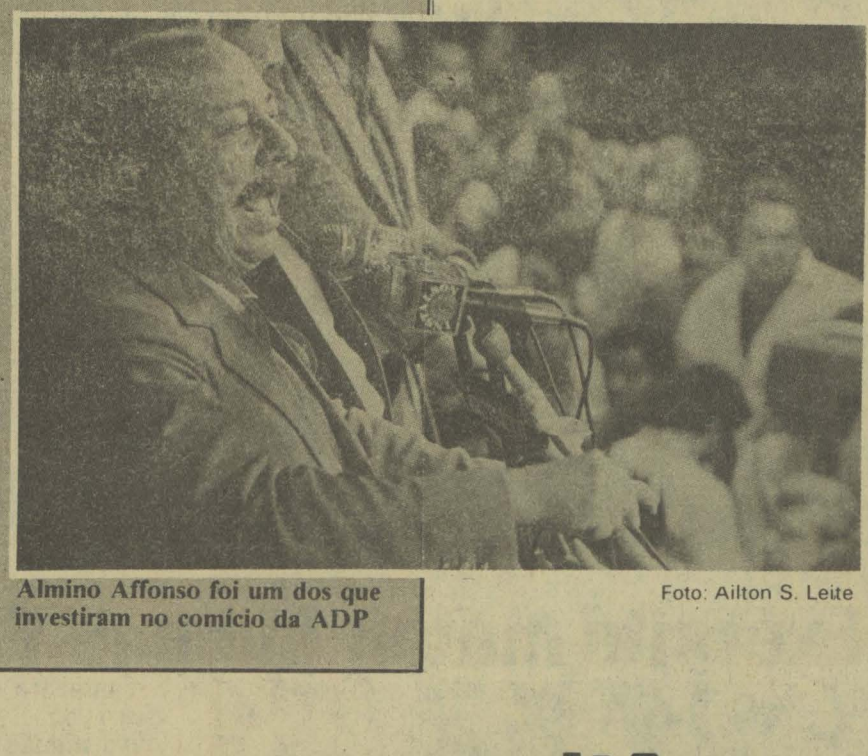
Conforme ressaltaram vários oradores o evento serviu para dar um colorido mais popular à campanha, firmar seu caráter mudancista e ainda unificar - porém não muito - as forças políticas que apostam na candidatura Quércia. Lideranças democráticas expressivas estiveram presentes, assim como quatro ministros da República que pertencem ao PMDB.

Em seu discurso, o candidato ao governo enfatizou que seu objetivo "é levar adiante as mudanças profundas no país que o povo exige". Quércia também criticou duramente os outros dois concorrentes ao pleito. Caracterizou o candidato do PDS como "o representante da reação, da corrupção e do retrocesso" e o do PTB como o "da estagnação, dos que se omitiram na luta contra o regime militar autoritário". Por último, conclamou o povo a votar nos candidatos dos partidos que compõem a ADP para a Constituinte.

LIBERDADE PARA LUTAR

No próprio palanque a repercussão do comício foi grande. Setores políticos que nada fizeram para organizar a manifestação, como o PCB e algumas facções do PMDB, tiveram que reconhecer o seu êxito. Isto reforçou a idéia de se patrocinar vários comícios para popularizar a campanha de Quércia. Esta, por enquanto é defendida principalmente pelo presidente do PMDB, Almino Afonso, e pelo PC do B.

Devido a sua atuação decidida os comunistas que usaram da palavra na Sé foram bastante aplaudidos. Falaram o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, o deputado estadual Benedito Cintra, e o deputado federal Aurélio Peres. Este último explicou que o apoio a Quércia se deve a "um compromisso com a democracia, que é uma questão fundamental para a classe operária. Sem ela, os operários não teriam liberdade para se organizar dentro das fábricas, para fazer suas greves e arrancar melhores salários. Ao apoiarmos Quércia pretendemos apenas preservar e ampliar a democracia para avançarmos na nossa luta pela emancipação social".



Almino Affonso foi um dos que investiram no comício da ADP

Foto: Ailton S. Leite

Em entrevista à *Tribuna Operária*, Almino Affonso, presidente do PMDB paulista, candidato a vice-governador e chefe da campanha de Orestes Quércia na capital e Grande São Paulo, faz um balanço positivo da "batalha de agosto", do comício do dia 29, e promete "ganhar as ruas até 15 de novembro", com muitos comícios e minicomícios na área metropolitana.

TO. Os jornais de hoje (quinta-feira dia 4) publicam mais uma pesquisa desfavorável a Orestes Quércia. Qual sua opinião sobre ela?

Almino. Eu não me preocupo com as pesquisas. Até porque por natureza elas refletem, ainda quando são bem feitas, com isenção, um momento transitório. No meu entender o fundamental é o que ficou revelado no comício da Praça da Sé.

TO. Como o sr. viu o comício?

Almino. Ali se concentraram, no mínimo, 50 mil pessoas. Tendo em vista os ônibus que não chegaram aos locais para assegurar transporte ao povo, eu considero que deixamos de ter em praça pública pelo menos 20 mil pessoas. Ora, com este balanço eu não tenho nenhuma razão para estar sem confiança. O que importa agora é tomarmos a lição da Praça da Sé e ganhar as ruas, até o dia 15 de novembro. Convocar exatamente esta militância, não apenas do PMDB mas também a da Aliança Democrática Popular (PMDB-PC do B-PSB-PCB) e através de ações, as mais variadas, mobilizarmos a cidadania

TO. Quais os planos da campanha visando reverter o quadro ainda difícil na área da capital?

Almino. Quando eu assumi a supervisão da campanha na capital e na Grande São Paulo, eu dizia que íamos dar a "batalha de agosto". E acho que ela foi dada. Apesar de não estarmos ainda numa posição brilhante, ficou claro que é possível reverter o quadro. Conseguimos, contra a descrença de muitos, realizar um belo comício na Praça da Sé. O desempenho de Orestes Quércia no debate da TV Globo revelou que ele é o melhor dos candidatos. Enquanto ele defendia posições e teses em favor do povo, o sr. Maluf e o sr. Antônio Ermírio se insultavam grosseiramente, inclusive faziam denúncias graves um ao outro. Acho portanto que o balanço de agosto é positivo.

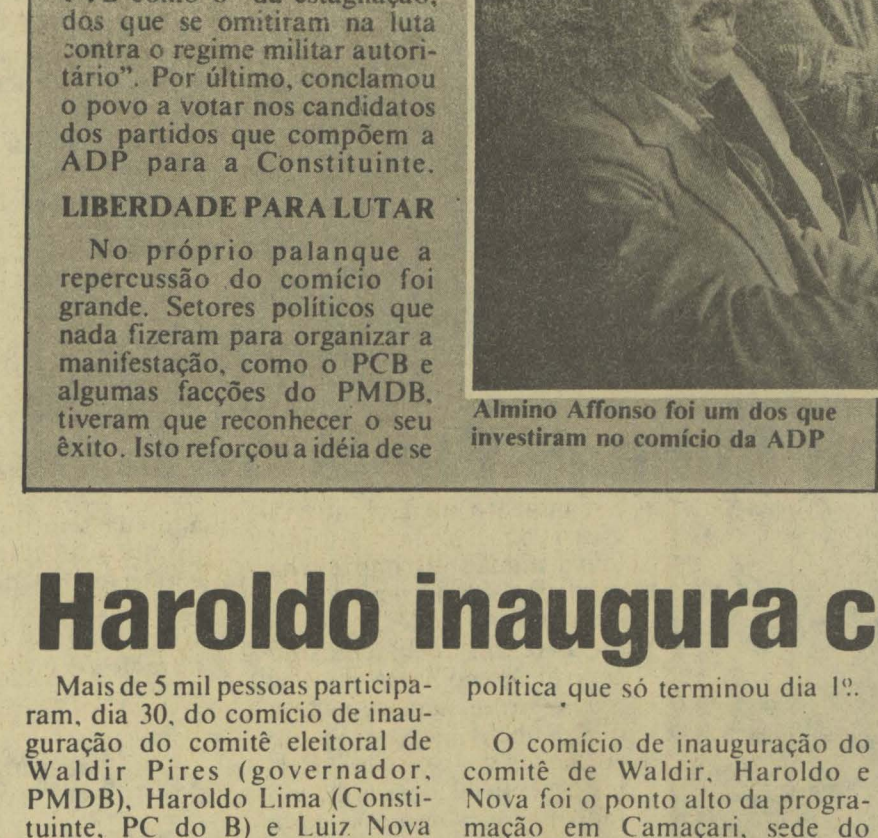
TO. E os planos para setembro?

Almino. Vamos fazer logo mais uma reunião da ADP para elaborar um plano de trabalho de setembro. A minha proposta é começarmos por minicomícios diários, meia dúzia por dia, convocando quatro comícios regionais na capital, Norte, Sul, Leste, Oeste e dois na Grande São Paulo, um em Mauá e outro em Guarulhos.

Haroldo inaugura comitê em Camaçari

Mais de 5 mil pessoas participaram, dia 30, do comício de inauguração do comitê eleitoral de Waldir Pires (governador, PMDB), Haroldo Lima (Constituinte, PC do B) e Luiz Nova (deputado estadual, PC do B) em Camaçari. Foi uma grande demonstração do prestígio dos candidatos do município, mas especialmente do prefeito Luiz Caetano, que desde o dia anterior cumpriu extensa programação política que só terminou dia 1º.

O comício de inauguração do comitê de Waldir, Haroldo e Nova foi o ponto alto da programação em Camaçari, sede do Polo Petroquímico do Nordeste administrado por uma frente política líderada pelo PMDB e PC do B. Haroldo Lima destacou a necessidade de libertar a Bahia do autoritarismo ainda vigente, comandado pelo ministro Antônio Carlos Magalhães e pelo governador João Durval. E apresentou suas propostas à Constituinte, com destaque para a necessidade de democratizar o poder, promover a reforma agrária, extingüir o militarismo e garantir os direitos do povo. Haroldo recebeu significativos apoios de vereadores do PMDB e até do PTB, além de lideranças de bairros e distritos de Camaçari.



Luiz Caetano (ao centro) e Haroldo (acenando) em Camaçari

PRESTANDO CONTAS

O prefeito Luiz Caetano divulgou uma Carta ao Povo, fazendo um balanço de seus primeiros oito meses de administração. Lembra o estado lastimável que encontrou a Prefeitura e o município, "dilapidados durante 11 anos por um único prefeito nomeado, corrupto e incompetente".

E assegura: "Apesar da herança maldita de uma dívida de Cz$ 150 milhões, da corrupção espalhada na administração, dos funcionários fantasmas, das centenas de contratações ilegais, da absurda folha de pagamento que compromete mais de 80% do nosso orçamento, conseguimos realizar em oito meses mais do que os corruptos fizeram em 11 anos".

De fato, em seus primeiros 100 dias de governo Luiz Caetano entregou à comunidade 122 novas salas de aula (haviam 195 no total, até então) e reformou as demais. Reformou e reinaugurou o Pronto Socorro com 32 leitos, sala de cirurgia e parto, triplicou o atendimento médico e odontológico à população, reinaugurou a Biblioteca Municipal, regularizou o sistema de transporte e a limpeza pública, através da coleta regular de lixo e da promoção de "faxinões" nos bairros com a participação popular.

Nas áreas de Educação e Saúde pratica-se em Camaçari experiências modernas, desde projetos populares de saneamento básico à implantação do método Paulo Freire para alfabetização de adultos e crianças.

Caetano denunciou os "inimigos do nosso povo, que não admitem a democracia e o progresso", lembrando que o governador da Bahia jamais deu qualquer ajuda ao município e sequer recebeu o novo prefeito em audiência. E conclamou a população a libertar a Bahia "dos corruptos e incompetentes que há mais de 20 anos desgovernam nosso querido Estado".

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Estudantes desafiam SNI

A luta dos universitários cearenses para fazer cumprir a portaria do Ministério da Educação de 5 de agosto (que extingüe as "Assessorias de Segurança Interna" nas universidades) ganhou na semana passada um alcance muito maior do que previam seus protagonistas. Eles mexeram numa verdadeira caixa de marimbondos. E a resposta, no velho estilo, não tardou.

Foto: Dario Gabriel

Foto: Mauri Melo

Inácio e Liduína, libertados, acusam a PF; acima, a passeata

Por decisão de uma assembléia com cerca de 900 alunos da Universidade Federal do Ceará, dia 27, as três salas da ASI foram invadidas e apreendeu-se documentos "confidenciais" que lotaram uma Kombi. A resposta veio no dia 29, uma sexta-feira: a Polícia Federal, com mais de uma dúzia de agentes, armados, invadiu a sede do Diretório Central dos Estudantes, ferindo a autonomia da UFCe, conforme nota oficial assinada pelo reitor José Anchieta. Os federais levaram parte dos arquivos da ASI (a menos importantes, segundo os dirigentes estudantis), materiais do DCE e também três universitários: Inácio Carvalho e Francisca Martir (a Marinha), da Escola de Direito, e Liduína Fonteles, da Escola de Geologia.

DESPIDAS NA PF

Na mesma tarde, uma passeata com 3 mil pessoas se dirigia da Reitoria até o prédio da Polícia Federal, onde estavam os estudantes presos, permanecendo em vigília durante toda a noite, até a tardinha de sábado, quando eles foram libertados. Ao saírem, os três jovens denunciaram à imprensa que foram submetidos a chacotas, atemorizações, guerra de nervos. As moças foram despidas na PF, durante a inspeção.

A luta dos estudantes angariou amplo apoio no Ceará. Compareceram na passeata, solidários, os candidatos do PMDB a governador, Tasso Jereissati, e senador, Mauro Benevides, a prefeita de Fortaleza, Maria Luíza, o deputado Paes de Andrade, o vereador Francisco Lopes, c candidato do PT ao governo, padre Haroldo.

A imprensa deu destaque ao caso e a OAB-Ceará prestou toda cobertura à junta de advogados que acompanhou o caso, encabeçada pelos doutores Benedito Bizerril e Cleiton Lima.

Valendo-se de um expediente, a PF havia caracterizado os três jovens como criminosos comuns, autores de "furto qualificado". Em resposta, o presidente da OAB-Ceará, Sílvio Ferraz, argumenta: "Na verdade os estudantes, ao modo deles, fizeram um trabalho de saneamento político; não há nada que justifique essa arbitrariedade, tratando-os como criminosos comuns". Já o PC do B, em nota de apoio, comentava: "É inaceitável que a juventude que luta pela liberdade e pela democracia seja tratada como criminosa, algemada e lançada em prisões comuns".

PONTA DO ICEBERG

Para o diretor da UNE, Robert Burns, oriundo do Ceará e que acompanha a mobilização na UFCe, os acontecimentos descobriram a ponta de um grande iceberg - a questão dos órgãos de informação. Burns, recebido em Fortaleza aos gritos de "A UNE é união, estamos preparados para acabar com a repressão", defende "a extinção não só das ASIs, que teoricamente já foram extintas pela portaria do ministro, mas do próprio SNI". **(da sucursal)**

"Monstro policialesco" continua solto

Os recentes fatos no Ceará envolvendo o SNI mostram que a Nova República ainda não foi capaz de cortar os tentáculos deste órgão de espionagem. Para Tancredo Neves, o SNI se tranformara num "monstro policialesco" e era necessário desmantelá-lo. O governador Montoro também era de opinião que uma nação democrática não pode conviver com "um serviço secreto com as características policialescas, autoritárias e acusado por crimes que nunca foram esclarecidos".

O tempo veio a confirmar o perigo para a democracia de deixar em atividade um órgão como o SNI. Todo o seu aparato - calcula-se que cerca de 300 mil pessoas estão ligadas ao que se convencionou chamar de "comunidade de informações" - permaneceu intocado após o fim do regime militar. As tão temidas "fichas", com informações de milhares de brasileiros continuam longe do alcance do público.

Não demorou muito tempo para que o SNI entrasse em choque com setores do próprio governo. Alguns ministros desativaram as DSI (Divisão de Segurança e Informação) em seus ministérios. Com o crescimento do número de greves, a "comunidade de informações" passou a ver o dedo de "agitadores", esquecendo que numa democracia a greve é um fenômeno natural.

O SNI também fez uma investigação cerrada contra aqueles funcionários do governo que tinham posições mais avançadas em relação à reforma agrária. Em 1985 elaborou um dossiê acusando "militantes de facções comunistas e ativistas de esquerda infiltrados no Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário)". E cita dados sobre os 87 integrantes que ajudaram a elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

No final de julho o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Horácio Macedo, denunciou tentativa do SNI em fichar os funcionários daquele estabelecimento de ensino. Macedo, logo que assumiu a Reitoria, em setembro de 1985, desativou todos os órgãos ligados ao SNI. Se em todos os setores fossem tomadas medidas como esta poderia se coibir as garras do "monstro".

Brasil ainda sem resposta contra a pressão dos bancos

As autoridades econômicas deverão concluir, em breve, uma nova renegociação da dívida externa brasileira, envolvendo o reescalonamento de 31 bilhões de dólares. O governo tem enfrentado algumas dificuldades junto aos banqueiros estrangeiros, explicadas por diversos fatores.

Em primeiro lugar, salienta-se a irritação causada pela declaração do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que o país tenciona limitar o pagamento dos débitos ao equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), visto que nos últimos anos a percentagem tem sido maior, situando-se em torno de 5% do produto.

CHANTAGEM

Outro aspecto relaciona-se com as chantagens dos banqueiros que emprestaram para o Comind, Maisonnave e Auxiliar, submetidos a um processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central. O governo Sarney já garantiu que não arcará com esses débitos, constituídos através da Resolução 63 sem o aval da União, tipificando financiamentos de risco. Os credores, entretanto, pressionam para receber.

Não menos significativa é a exigência de que o país volte a se submeter ao monitoramento do FMI, de que se afastou, ao menos parcialmente, desde o fim do regime militar. Afinal, o Fundo ainda representa a "ordem" econômica e financeira mundial e os conglomerados não querem prescindir de seus serviços.

Por seu turno, o governo brasileiro pretende convencer os banqueiros a reduzir as taxas de risco (spread) cobradas sobre os empréstimos, já que, apesar de ser um "bom pagador", o país é forçado a engolir as mais altas taxas da espécie - superiores, por exemplo, às cobradas ao México e Uruguai. Ao lado disto, deseja também o retorno dos empréstimos voluntários do sistema financeiro internacional.

MEIAS MEDIDAS

A intenção das autoridades prende-se à estratégia de garantir um crescimento econômico do país da ordem de 7% ao ano, o que exige o aumento da taxa de investimento e, por consequência, a redução do nível de transferência de recursos para o exterior.

Evidentemente, trata-se de uma política muito tímida, caracterizada por meias medidas. Incapaz de solucionar os graves problemas econômicos e sociais do Brasil. E, salta aos olhos, presa à lógica do modelo dependente. Cabe destacar a extrema fragilidade da nação brasileira diante dos credores, especialmente devido à concentração dos créditos nas mãos de uns poucos monopólios imperialistas - especialmente dos EUA (**veja o quadro**). Apenas 45 bancos (dos nossos 750 credores) detêm 66% de toda dívida junto a instituições privadas, sendo que os 13 primeiros (sendo seis norte-americanos) são credores de 33%. Daí dá para se ter idéia do grande poder de fogo desses conglomerados na determinação da política econômica interna brasileira. **(Amarilis Prado Laudenburg)**

Nossos maiores credores

1. **Citicorp (EUA)**
2. **Chase (EUA)**
3. Lloyds (Inglaterra)
4. **Bank of America (EUA)**
5. Midland (Inglaterra)
6. Credit Lyonnais (França)
7. **Morgan (EUA)**
8. **Manufacturers (EUA)**
9. Eurobraz (vários)
10. Banque Nationale de Paris (França)
11. Bank of Tóquio (Japão)
12. Bank of Montreal (Canadá)
13. **Chemical (EUA)**
14. Dresdner (Alemanha)
15. Royal Bank of Canada (Canadá)
16. Société Generale (França)
17. Sumitomo (Japão)
18. Canadian Imperial Bank of Commerce (Canadá)
19. Libra Bank (Inglaterra)
20. Paribas (França)
21. Mitsubishi (Japão)
22. Deutsche Bank (Alemanha)
23. Bank of Nova Escotia (Inglaterra)
24. National Westminster (Inglaterra)
25. Toronto Dominion Bank (Canadá)
26. Commerzbank (Alemanha)
27. **Bankers Trust (EUA)**
28. UBS Union Bank Switzerland (Suíça)
29. Barclays (Inglaterra)
30. Sanwa Bank (Japão)

Decreto abre portas para as múltis da engenharia

Através de um golpe sorrateiro, só agora revelado, o governo liqüidou com a reserva de mercado para serviços de consultoria técnica e de engenharia no país, alterando o Decreto nº 64.345 de 1969 (que protegia as empresas nacionais), de forma a beneficiar as multinacionais do setor.

A decisão foi tomada em abril, quando presidente Sarney aprovou e fez publicar no Diário Oficial uma exposição de motivos dos ministros da Fazenda e Planejamento, abrindo o mercado ao capital estrangeiro sempre que os projetos forem financiados pelo Banco Mundial (BIRD) ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O governo cercou-se do máximo sigilo, evitando que a iniciativa, adotada sem qualquer consulta à opinião pública, chegasse ao conhecimento dos setores interessados. A Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia, durante os últimos meses, buscou inutilmente informações mais detalhadas sobre a medida, obtendo-se recentemente, por uma dessas ironias do destino (...) em Washington.

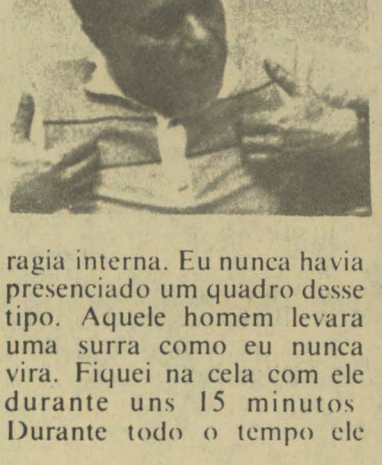
IMPOSIÇÃO DOS CREDORES

Na exposição de motivos, os ministros Funaro e Sayad dizem abertamente que a concessão deve ser feita para atender os interesses do BIRD e BID, que condicionaram os empréstimos na área de engenharia à participação de multinacionais na concorrência para a contratação de serviços de consultoria.

Os prejuízos são múltiplos. Sofrem não só as empresas nacionais do setor. As firmas de consultoria contratadas para esses projetos (construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias etc.) também definem a origem e tipo dos equipamentos que devem utilizados, levando em conta obviamente os interesses do capital dos seus países.

Confirmado: Exército matou Rubens Paiva

O ex-tenente do Exército Amilcar Lobo revelou à revista "Veja" da semana passada ter visto o ex-deputado Rubens Paiva, dado como "desaparecido", numa cela do quartel da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, em princípios de 1971, brutalmente torturado e moribundo. É a primeira vez que um oficial da máquina repressiva faz uma confissão dessas.



Paiva e sua mulher Eunice; abaixo, o ex-tenente Lobo

Amilcar Lobo, que guardou por mais de 15 anos este segredo, decidiu-se a revelá-lo nove dias depois que o procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, reabriu o caso Rubens Paiva. Seu depoimento não deixa qualquer lugar a dúvidas.

"Quando cheguei ao quartel fui à última cela do lado direito do 2º andar. Na cela havia um só preso, deitado sobre uma cama. Ele era uma equimose só. Estava roxo da ponta dos cabelos à ponta dos pés. Ele havia sido torturado, mas, quando fui examiná-lo, verifiquei que seu abdômen estava endurecido, abdômen de tábua, como se fala em linguagem médica. Suspeitei que houvesse uma ruptura do fígado ou do baço, pois elas ragia interna. Eu nunca havia presenciado um quadro desse tipo. Aquele homem levara uma surra como eu nunca vira. Fiquei na cela com ele durante uns 15 minutos Durante todo o tempo ele esteve deitado. Estava consciente. Não gemia. Disse só duas palavras: - Rubens Paiva. Não o esqueci porque a situação em que ele estava me impressionou.

MENTIRA DESMASCARADA

O relato do ex-tenente desmascara, de uma vez por todas, a versão do caso Rubens Paiva sustentada por algumas das mais altas figuras do regime militar, inclusive do comandante do I Exército e o ministro do Exército. A viúva de Rubens Eunice Paiva, ainda sob o impacto da revelação, observou: "A versão das autoridades, assinada inclusive em documentos do general Sizeno Sarmento e de Sylvio Frota, sempre negava que Rubens estivesse preso em poder do Exército". Pela história oficial, depois de retirado por eles de nossa casa, no começo de janeiro, Rubens foi seqüestrado por desconhecidos.

Eunice, que é advogada, decidiu entrar com uma ação de responsabilidade civil contra a União. Ela segue assim o roteiro percorrido por outra viúva de uma vítima da ditadura, Clarisse Herzog, casada com o jornalista Wladimir Herzog, assassinado em São Paulo em 1975. O episódio, contudo, deve ter desdobramentos maiores. O ex-tenente Lobo, conhecido durante as sessões de tortura como "doutor Carneiro", é o primeiro participante das sessões de tortura política que ousa falar sobre o que viu e viveu nos anos da ditadura. Tendo passado quatro anos servindo na Polícia do Exército do Rio, um conhecido centro de tortura, ele terá muito mais o que revelar sobre esta face escabrosa da história recente do país.

Prefeito ordena tiroteio no comício de Manacapuru

Um tiroteio provocado por figuras da situação no Amazonas tumultou o segundo comício da coligação oposicionista Muda Amazonas (PSB-PC do B-PDT-PTR-PJ-PDC), domingo dia 31, em Manacapuru (o município mais populoso do interior amazonense, com 70 mil habitantes). O comício, com 6 mil participantes, tinha a presença do candidato oposicionista ao governo, deputado Arthur Neto. Segundo se comenta, a provocação foi planejada pelo prefeito da cidade, Paulo Freire (há poucas semanas identificado criminalmente na Polícia Federal devido ao seu envolvimento no escândalo das Fazendas Unidas). Entre os executantes estavam o secretário municipal de Obras, Hélio Toofe, e o vereador [illegible] Mota.

O episódio - considerado uma das maiores cenas de violência da história política do Amazonas - foi duramente criticado pela deputada estadual Elizabeth Azize, presidente do PSB amazonense e candidata à Constituinte. "O governador Gilberto Mestrinho - comentou ela - pensa que o Amazonas ainda é um feudo dele, como foi nos anos 50"

A coligação "Muda Amazonas" enviou telex ao presidente José Sarney, ao ministro da Justiça, aos presidentes da Câmara Federal e do Senado, relatando a escalada de violência na sucessão. E informou que poderá pedir segurança de forças federais, para impedir a adulteração das eleições em favor da coligação situacionista (PMBD-PFL-PH-PTB-PCB). **(da sucursal)**

Leia e Assine
Tribuna Operária

CDM Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O valor do comício

A candidatura de Orestes Quércia marcou um tento importante com o comício do último dia 29 na Praça da Sé. A mobilização de massas, embora aquém do possível, serviu para entusiasmar as fileiras da Aliança Democrática e Popular e já trouxe alguns resultados sensíveis. Certos grupos que não mexiam uma palha viram-se obrigados a manifestar publicamente seu compromisso com a candidatura. O mesmo ocorreu com determinados políticos que até então limitavam-se à sua própria campanha.

DUAS FERAS

O comício colocou a candidatura de Quércia na ofensiva, reforçando o impulso inicial dado pelo debate na TV. Afinal os demais concorrentes, se têm poder econômico suficiente para influenciar pesquisas de opinião, não tiveram ainda fôlego para colocar em risco o seu prestígio com uma convocação de massas para a praça pública. Além do mais não têm interesse em dar continuidade ao processo de mudanças iniciado no país com as jornadas das diretas já.

Por outro lado, dentro da própria Aliança existem contradições. Correntes mais vacilantes temem levantar as bandeiras avançadas e outros, de formação conservadora, não se sentem à vontade fazendo campanha junto com os comunistas.

As forças progressistas se defrontam então com um combate em duas frentes. Devem lutar para manter a unidade mais ampla, sem nenhum exclusivismo. Abarcar o leque mais amplo possível de forças, inclusive os setores mais tímidos. Mas por outro lado precisam mostrar a todos que o que mobiliza a massa popular é a luta por transformações profundas na sociedade. A relativa apatia apresentada até aqui pela campanha eleitoral, em São Paulo e nos principais centros políticos do país, tem como motivo principal a falta de propostas de mudanças.

UNIDADE AVANÇADA

Só uma ampla unidade, baseada em propostas avançadas, permite romper com a barreira do poder econômico com que as classes dominantes pretendem amarrar a disputa sucessória. E este estilo de campanha deve obrigatoriamente vincular a disputa para governador com a batalha pela Constituinte. O próprio candidato a governador deve se comprometer com a luta por uma Carta Magna moderna e progressista: a luta estadual deve crescer ligada com a luta pelas mudançqs em plano mundial.

Os comunistas em particular têm suas teses para a Constituinte. Sem arrogância, devem promover o debate destas proposições o mais amplamente possível. Neste sentido devem agir com independência e levar adiante o esforço para construir uma forte bancada popular na Assembléia que vai elaborar a Constituição. É da maior importância esclarecer os trabalhadores e todos os democratas sobre a batalha em curso e preparar condições para prosseguir a mobilização de massas durante o funcionamento da Constituinte. Afinal a Carta Magna não vai ficar unicamente a cargo dos parlamentares eleitos. As entidades de massas, os partidos políticos, as lideranças populares terão um papel de enorme importância levando o povo a pressionar em cada passo da Constituinte.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Entre as formas concretas de fazer o povo participar, os comícios desempenham papel particularmente importante. Em primeiro lugar porque permitem ao povo escutar seus líderes e pressioná-los. Em segundo lugar porque têm ampla repercussão pública, irradiando por toda a cidade, como ficou evidente no ato do dia 29. **(Rogério Lustosa)**

DE OLHO NO LANCE

Outra malufada

Na ânsia de se promover, Paulo Maluf acabou acrescentando mais um título no seu vasto repertório: é também mentiroso. Um jornal paulista se deu ao trabalho de pesquisar as obras realmente realizadas pelo governo Maluf e verificou que boa parte dos *out-doors* de propaganda do ex-governador trombadinha não reflete a verdade.

Assim, Maluf anuncia como suas, obras inclusive inteiramente entregues em governos anteriores, como a rodovia dos Bandeirantes, construída durante o governo de Paulo Egydio. Também fala em queda dos índices de criminalidade, quando verificou-se na verdade um aumento de furtos e crimes na sua administração. Um estudo da Associação de Delegados neste período chegava a dizer que "a escalada de violência chegou a uma situação insustentável".

Diversas obras iniciadas em governos anteriores foram simplesmente inauguradas durante a gestão de Maluf. Pronto, passaram a constar na sua caríssima propaganda como realização de Maluf. E assim vai.

Obras suas mesmo são: a doação de 25 carros Volkswagen aos jogadores da seleção brasileira; a Paulipetro, que não encontrou nem um pingo de petróleo; o espancamento da Freguesia do Ó e outras.

Grandes rombos do Plano Cruzado

O deputado federal do PC do B de São Paulo e operário metalúrgico, Aurélio Peres, acaba de pronunciar importante discurso na Câmara Federal fazendo um balanço das dificuldades do Plano Cruzado. Publicamos abaixo este pronunciamento.

Quem está na fila é quem paga o pato, alías, o boi

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reagiu com indignação à afirmação, atribuída pelo "Jornal do Brasil" a um assessor econômico do presidente da República, de que o Plano Cruzado teria acabado. "O Plano Cruzado" - disse o ministro - "não acabou porque milhares de produtos continuam sob absoluto controle". De acordo com seus cálculos, o governo controla 82% da economia. Os restantes 18% seriam incontroláveis, pela natureza das atividades envolvidas: pequenos serviços, como os realizados por carpinteiros, eletricistas e pequenas lojas em milhares de pontos espalhados pelo país. Com a ênfase própria de um verdadeiro cruzado, o ministro Funaro garante que "se você pegar os grandes grupos de atividades, como o de eletroeletrônicos, onde 90% são dominados por quatro ou cinco empresas, ou de vidros, onde 70% são controlados por quatro indústrias, verá que a situação está sob controle".

A fraude é do grande capital

Eu gostaria de acreditar. Mas não posso. Exatamente nos dois casos citados pelo ministro há problemas. No setor de eletroeletrônicos, o Procon - Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, de São Paulo - denunciou há poucos dias a existência de pelo menos 20 produtos sob a suspeita de maquiagem para fraudar consumidor. São geladeiras, lavadoras, *freezers*, aparelhos de som, televisores, todos com modificações cosméticas justamente para burlar o congelamento. Já no setor vidraceiro, os jornais de ontem noticiavam que a indústria farmacêutica - quase toda ela nas mãos de multinacionais - não está disposta a fazer novos investimentos no país antes do descongelamento dos preços, apesar do consumo de medicamentos ter crescido 30% nos últimos quatro meses. Qual o motivo? A indústria farmacêutica ainda não conseguiu (mas conseguirá!) arrancar do governo a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a isenção, os empresários do setor pretendem exatamente compensar o aumento de preços cobrados pelos fornecedores de frascos de vidros, que varia entre 17% e 57%.

Como eu não sou empresário, nem especulador financeiro, nem um adversário do governo disposto a ver o circo pegar fogo, não tenho nenhum interesse em distorcer os fatos e espalhar o pessimismo. O que não dá é tapar o sol com a peneira. Infelizmente, constato, o descongelamento é um fato óbvio, notório, material. E, ao contrário do que afirma o ministro Dilson Funaro, não é provocado pelos pequenos carpinteiros, eletricistas e vendeiros. É, isto sim, fomentado pelos grandes capitalistas que, depois de terem as burras cheias de lucros obtidos durante a febre consumista pós-Cruzado, querem voltar aos lucros fáceis da ciranda financeira. Desta avalanche não escapa nem mesmo o governo.

Vejamos o caso da Votocel, empresa que fabrica papel transparente para embalagens, do grupo Votorantim, dirigido pelo sr. Antônio Ermírio de Moraes. Assim como outras empresas, a Votocel deu um jeito de descongelar os seus preços, porém, de maneira absolutamente legal, oficial, com documentos em papel timbrado e tudo. O truque foi o seguinte: desde março, a Votocel vinha aplicando um deflator (taxa de desconto) de 17% a cada 30 dias de faturamento no fornecimento de seus produtos. Isto porque, naquele mês, seus preços estavam superestimados; neles estavam embutidos a previsão da inflação futura e os juros escorchantes da era pré-Cruzado. No entanto, agora, com a desculpa de que esta "é a única maneira de dar continuidade às suas atividades de forma economicamente suportável", a Votocel decidiu reduzir o deflator de 17% para apenas 7%. Ou seja, pura e simplesmente aumentou seus preços em 10%!

O que faz o governo? Chama a polícia, autua a Votocel, faz estardalhaço, como acontece com o padeiro da esquina? Não, cruza os braços. A verdade é que a fiscalização do Cruzado é discriminatória: só pega os pequenos e médios larápios, nunca os grandes e grandíssimos.

A Votocel aumenta os preços e o sr. Antônio Ermírio de Moraes não fica corado, ele que se transformou em paladino da moral antiagiotagem e da democracia. Já está acostumado: em março trombeteava a redução dos preços de suas empresas em 7%, para dar exemplo de confiança nos novos rumos da economia, como se não soubéssemos que nesses preços já estava incluída uma inflação prevista de 15% ao mês...

O pior é que o próprio governo também já se rendeu à redução desses descontos, conforme testemunha o superintendente adjunto de compras da Petrobrás, Carlos Afonso de Aguiar Teixeira ("Jornal do Brasil" de 15/06/86, página 19). O governo está disposto a aceitar a redução dos deflatores, aplicados aos contratos de máquinas e equipamentos firmados entre meados do ano passado e fevereiro deste ano, de 12,6% ao mês para 4% ou 5% ao mês. Para os contratos assinados antes de junho do ano passado, o governo deverá aceitar a eliminação de quaisquer descontos. É o fim da picada! E do congelamento!

O Brasil continua exportando carne

Peguemos o exemplo do boi. Ao contrário do que se esperava, com a chegada da carne importada o preço do boi não caiu na semana passada. Enquanto o preço tabelado da arroba é de Cz$ 215, o boi continuou sendo negociado no mercado físico a Cz$ 300 a arroba, aliás como na semana anterior. No mercado futuro, para entrega em outubro, o preço foi cotado a Cz$ 320 a arroba. Eis o mistério do preço mais alto para o boi magro! Em Minas Gerais, o boi em pé chegou a Cz$ 340 a arroba!

Qual a razão do boi voar pão ahto?"Tem boi no campo", dizem os comerciantes, como osr. William Eid, presidente da Associação Paulista deSupermercados, embora reclamando que o que não tem é preço. Tem boi no campo, confirma a Rede Globo de Televisão, que há dias foi lá, viu e filmou. Tem boi no campo, confirmam também os milionários leilões da UDR.

Tem também a Lei Delegada nº 4. Mas o governo não a usa contra os pecuaristas especuladores. Prefere punir os açougueiros que repassam os ágios que são obrigados a pagar. Prefere uma saída pela tangente, importando carne dos Estados Unidos e a França, que, dizem, dará apenas para o tira-gosto, não para acabar com a escassez e as filas. E, pelo jeito, o governo admite que o problema será de longo curso, pois já pensa em formar um estoque de 350 mil toneladas de carne importada para o próximo ano.

Tudo isto é um lado da moeda. O outro lado é que o país continua exportando carne. Precisa de dólares para honrar os juros da dívida externa! E eu acreditei no presidente Sarney quando ele disse qeu não pagaríamos a divída às custas da fome do povo! Como explicar aos consumidores que fazem fila nas portas dos açougues que o Brasil exportou 175 milhões de dólares de carne de boi industrializada, de janeiro a julho deste ano, 8,28% a mais do que no mesmo período do ano passado? Como explicar que as exportações de frango cresceram ainda mais, tendo chegado a 176 milhões de dólares de janeiro a julho, contra 138 milhões de dólares no mesmo período de 1985?

Peguemos outros exemplos da crise. As pequenas e médias confecções de São Paulo, responsáveis por 50% da oferta de roupas, estão pagando até 15% de ágio em suas compras no comércio atacadista, nesta véspera de estação. O fusca zero quilômetro, cujo preço congelado, somado ao compulsório, é de Cz$ 76.700, está sendo vendido por Cz$ 90 mil. Os motoristas de táxis de São Paulo cobram ágio de até 100% sobre a tarifa normal. Também subiram os preços dos materiais de construção: o milheiro do tijolo, congelados a Cz$ 650, está sendo comercializado a Cz$ 1 mil. O governo autoriza novos preços para os modelos 87 da Ford, Fiat e General Motors. São estratosféricos os reajustes de aluguéis residenciais e comerciais e alarmante o crescimento das ameaças e os processos de despejo: só em São Paulo, no período de um ano, os processos se ampliaram em 509%!

Há exemplos de descongelamento às centenas. E, ao lado disso, soma-se a inépcia dos fiscais da Sunab e de outros burocratas do governo. Que dizer dos funcionários da Interbrás que retiveram durante dois meses nos armazéns do Porto de Santos as 750 toneladas de leite em pó importadas da França, provocando a deterioração de 60 toneladas?

Quem dera que tais fatos fossem isolados, que não passassem de distorções da imprensa, como quer o ministro do Planejamento, João Sayad, para quem os jornais transformaram o Brasil num Líbano conflagrado. Mais uma vez, no país onde o que vale é a versão, tentam inculpar a imprensa, de maneira genérica, por descrever uma crise real, palpável. Em vez de cobrir o rei que está nú, e processá-lo por atentado ao pudor, preferem amordaçar o garoto que ousa denunciar a nudez real.

O fato é que os furos do Plano Cruzado não são causados por obra de um ou outro sabotador. Na verdade, esses furos já eram previsíveis desde o início, principalmente no que se refere ao congelamento. O congelamento generalizado e prolongado de preços num país capitalista e monopolizado como o Brasil é uma impossibilidade. A não ser que os fiscais do Sarney, já desanimados, fossem substituídos por soldados para vigiar cada ponto de compra e venda do país, vinte e quatro horas por dia. O congelamento fere os interesses do grande capital. Os grandes capitalistas procuram, então, safar-se de qualquer jeito da redução momentânea de seus lucros. E repassam as diferenças para os médios capitalistas que, por sua vez, as repassam para os pequenos e estes, finalmente, para os consumidores que aguardam na fila. Portanto, o descongelamento já era previsto. O que não se podia prever era quando se iniciaria.

O próprio governo fura o seu Plano

Como se não bastassem os problemas do aumento de preços, o próprio governo trata de provocar alguns arrombamentos a mais no Plano Cruzado. Falo do imposto sobre combustíveis, automóveis e passagens aéreas, ou empréstimo compulsório como preferem as autoridades econômicas; falo da manipulação dos índices de inflação; falo da alta das taxas de juros, insuflada pelo Banco Central.

O compulsório, como se viu, foi uma medida inócua, antipática e insuficiente para cobrir as necessidades de caixa do governo. Mais uma vez, as camadas médias - e não, como seria justo, o grande capital - foram chamadas ao sacrifício.

Desastrosa foi também, não só para a credibilidade da Nova República, mas para o futuro do bolso dos assalariados, a decisão do expurgo do índice de inflação dos efeitos do compulsório. A polêmica havida entre o ministro do Planejamento (que não se cansa de esgrimir a "ética" contra as posições "doutrinárias") e o presidente do IBGE remeteu-nos aos tristes idos de 1973, quando Delfim Netto manipulava as taxas de inflação para arrochar os salários. Da boca do povo, o índice do mês de julho, sem expurgo, virou "um-sete-um", número do artigo do Código Penal que trata do crime de estelionato!

Imagine se Moisés, ao descer do monte com as tábuas da lei, em vez de destruir o bezerro de ouro, se ajoelhasse diante dele! Pois foi mais ou menos o que as autoridades econômicas fizeram, ao provocar, deliberadamente, o crescimento das taxas de juros. Conter as taxas de juros não era, extamente, uma das premissas do Plano Cruzado? Nunca os juros subiram tanto em tão curto espaço de tempo, como nas duas primeiras semanas de agosto. A remuneração dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e as Letras de Câmbio avançaram 11 pontos percentuais. No final da semana passada, as taxas chegaram ao patamar de 41% brutos ao ano para papéis de resgate de 60 dias. Desde a decretação do Cruzado, os juros nominais dos títulos privados subiram nada menos do que 24 pontos percentuais.

Esta medida do governo, de cunho marcadamente monetarista, ortodoxa, foi jubilosamente saudada por editoriais do jornal "O Estado de S. Paulo", que representa os interesses das classes mais conservadoras deste país. "A ortodoxia" - comemorou o "Estadão" - "prevaleceu sobre os devaneios da equipe governamental, que afinal reconheceu a necessidade de se restringir a demanda e fomentar a poupança por meio de uma taxa de juros mais compensadora". Também o ex-ministro Delfim Netto ficou alegre: "Eu vejo com alegria (o pacote compulsório) porque o governo começa a dar uma certa coerência ao Plano (Cruzado). Agora mesmo verifico que essa elevação na taxa de juros deve ser um coadjuvante importante na coerência e na boa execução do Plano".

Como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, o movimento popular, já com as barbas de molho, pensa: "Vai sobrar para nós". O que fazer? Os rumos de nossa luta no presente momento estão apontadas no abaixo-assinado que os movimentos populares e as entidades sindicais incitaram, exigindo: manutenção integral do congelamento, aumentos reais de salários, imediata agilização e ampliação da reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, respeito à liberdade de organização e luta dos trabalhadores.

Do atendimento de tais exigências dependeria o êxito de um verdadeiro plano de combate à inflação. Foi exatamente por não ter tocado nas causas estruturais desse crônico problema brasileiro, que o Plano Cruzado está fracassando nos objetivos de rebaixar os preços e jamais poderá criar bases para o crescimento auto-sustentado da economia brasileira.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Foto: Nani Gois

O governo não tomou nenhuma medida contra os criadores de gado que cobram ágio da carne

Empresários burlam o congelamento com ágio

Os empresários continuam desrespeitando o congelamento dos preços através de vários artifícios. Um deles é o ágio, praticado pelos mais diversos setores, desde as indústrias de embalagens até a de ferro-gusa. Mas esta prática ilícita chegou a níveis absurdos com os frigoríficos, que estão cobrando ágio até da carne importada pelo governo.

O ágio é a diferença que o comprador paga a mais sobre o valor nominal de um produto ou título. E esta prática se generalizou após a decretação do Plano Cruzado, afetando principalmente a área de abastecimento. Existem denúncias da cobrança de ágios em quase todos os setores, mas no da carne assumiu tal proporção que levou os açougueiros de vários Estados a protestarem.

Quem não paga o ágio não recebe o produto. Isso explica o fato de alguns poucos açougues terem carne e outros não. A situação se tornou mais grave porque os frigoríficos estão cobrando ágio até da carne importada pelo governo e repassada a eles para ser distribuída aos açougues. Apesar das ameaças do ministro Funaro de punir até com prisão os frigoríficos que sonegam carne e cobram ágio, os infratores não se intimidaram.

IMPUNIDADE NO CAMPO

Enquanto a Polícia Federal - que está investigando os frigoríficos - não encontrava nenhum culpado, o presidente do Sindicato da Indústria do Frio do Estado de São Paulo, José Aparecido Marques, declarava na TV que praticamente todos os frigoríficos cobram ágios de até 100%.

Os primeiros a praticarem a sonegação e o ágio foram os criadores de gado. Em fevereiro a arroba do boi estava tabelada a Cz$ 215 e atualmente está em torno de Cz$ 340. A situação é tão caótica que em regiões como o Oeste do Estado de São Paulo, com os pastos cheios de gado gordo, nos açougues não tem carne. O governo não puniu os criadores e nem quis aplicar a lei delegada, requisitando gado, preferindo importar 250 mil toneladas de carne.

Esta medida também surtiu pouco efeito, pois a carne européia chegou aos frigoríficos, mas não aos açougues. O governo não tem um canal próprio para a distribuição dos produtos, deixando nas mãos dos atravessadores, que são os principais interessados em burlar o tabelamento dos preços.

Sem estoques reguladores e sem uma rede estatal de distribuição de alimentos, fica praticamente impossível controlar o preço dos produtos de primeira necessidade. Outras tentativas de congelamento dos preços falharam porque o governo não coibiu os grandes empresários e atravessadores **(veja quadro).**

Estado e abastecimento

Ao longo das últimas décadas a população vem travando uma séria luta contra a carestia. Diante do ascenso destas mobilizações o governo tomou algumas medidas paliativas, sem no entanto, agir com mais rigor contra os sonegadores, atravessadores e grandes produtores.

Com a primeira guerra mundial houve um grande aumento do custo de vida no Brasil. Isto se refletiu numa intensa mobilização da nossa nascente classe operária. Preocupado com esta agitação o governo criou o primeiro órgão do Estado voltado para a questão do abastecimento. Em 1918 surgiu o Comissariado de Alimentação Pública, encarregado de tabelar diversos gêneros alimentícios de primeira necessidade e colocar à venda grandes estoques destes produtos.

Em 1930, nos estertores de seu governo, Washington Luiz congelou os preços, requisitou estoques, mas mesmo assim não aplacou a ira popular. Pouco tempo depois Getúlio Vargas o derrubava num levante armado.

Nos 15 anos do governo Vargas foram tomadas algumas medidas que permitiam aos Estados intervir no abastecimento. Em 1940 foi criado o Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), destinado a "assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões". O SAPS forneeia aos trabalhadores gêneros de primeira necessidade a preços de custo.

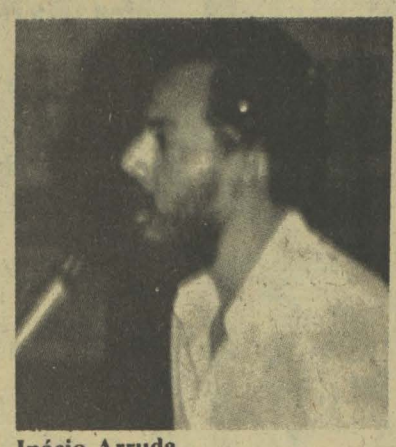
Em 1945 surge a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), órgão que por 15 anos foi responsável pelos assuntos ligados à alimentação popular. No início da década de 60 é extinta a Cofap, cujo espaço seria ocupado pela Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), complementada pela Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), pela Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazem) e pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

Com o golpe de 64 os militares adotaram a política de deixar o mercado de abastecimento sob inteira liberdade da iniciativa privada, acabando com o tabelamento de preços. A Sunab passa a ser uma mera fiscalizadora do abastecimento.

Processado por defender o direito à moradia

Inácio Arruda, candidato do PC do B à Assembléia Constituinte no Ceará, está sendo vítima de um processo na Justiça, com vistas a prejudicar sua candidatura.

O caso é antigo, de 1983, quando Inácio era presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e emprestou seu apoio à resistência de 40 famílias numa favela ameaçada de despejo. Agora desenterraram o caso e montaram um processo por "invasão de propriedade".



Inácio Arruda

No julgamento o promotor pediu a condenação. Mas o juiz pediu vistas do processo. Vai estudar o caso, tirar certidões negativas para ver os antecedentes do "réu" e ficou de comunicar ao advogado o dia em que será proferida a sentença.

A Federação de Bairros e Favelas convocou o Conselho de Entidades para este final de semana definir um plano de mobilização em defesa de Inácio, exigindo o arquivamento do processo. A primeira idéia é um abaixo-assinado explicitando que Inácio Arruda simplesmente cumpriu o seu dever de presidente da entidade dos favelados e moradores de bairros juntando-se aos que defendiam o legítimo direito a uma moradia. Não se trata evidentemente de crime algum.

O prestígio de Inácio Arruda é muito grande na capital e no interior e sua campanha vem crescendo rapidamente; daí a armadilha do processo. **(da sucursal)**

Foto Yone Simidzu

Presença da CGT na greve dos metroviários contra o arrocho salarial

CGT: apressar o passo colocar no rumo certo

PONTO DE VISTA SINDICAL

Sérgio Barroso
1º secretário da CGT e diretor do Sindicato dos Médicos de Alagoas

Passados cinco meses de atividade da CGT, é hora de se fazer um breve balanço e analisar os rumos a seguir.

Sindicatos vinculados à CGT (metroviários de São Paulo e metalúrgicos do Rio Grande do Sul) realizaram as primeiras grandes greves do país denunciando o congelamento dos salários e as sabotagens dos patrões em relação ao Plano Cruzado. Seguiu-se uma verdadeira avalanche da luta por "aumento já" em São Paulo sob a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No Ceará, em Alagoas, na Bahia e em outros Estados, inúmeras greves tiveram grande participação da CGT, preocupada efetivamente com a péssima situação salarial dos trabalhadores.

A CGT se engajou também na luta junto aos camponeses pela implementação e ampliação do Plano Nacional pela Reforma Agrária e contribuiu para repudiar a subserviência da Nova República frente à pressão latifundiária. Está colhendo milhares de assinaturas, junto com a Conam, UBES e UNE, a favor do congelamento, pela punição dos sonegadores e pela suspensão do pagamento da dívida externa.

Entretanto, edificar uma grande central sindical, com uma ampla base de trabalhadores, nascida sob um grande crescimento das lutas populares e sob as condições de uma divisão do movimento sindical e com uma grave fragilidade na organização do sindicalismo em geral, não é uma tarefa fácil. É preciso travar o combate em vários terrenos.

A CGT deve permanecer independente por completo do Estado. Não é por estarem dirigentes sindicais em comissões institucionais do governo, ou relacionando-se eventualmente com o Estado, que "conchavos de gabinete" devam ser tolerados. Ao contrário, se isso ocorrer, deverá ser denunciado, pois constitui velha estratégia de governos e patrões, tão a gosto de sindicalistas acomodados.

Os dirigentes sindicais devem jogar a CGT nas campanhas, mobilizações e greves, sem vacilação nenhuma. É necessário fincar a presença da nova central sindical, ainda pouco conhecida. Da mesma forma é preciso dinamizar e participar ativamente das CGTs estaduais, estimular a organização efetiva das comissões de empresa, na cidade e no campo e estruturar núcleos da CGT na base das categorias.

Existem, por outro lado, divergências que se agravam. Principalmente entre setores que querem a luta e outros que preferem mesmo o imobilismo. Terão que ser resolvidas na prática, tendo como referencial o trabalho sindical de massas, as batalhas contra a exploração e a formação da corrente sindical classista, que começa a ser identificada por estar a serviço da unidade e da luta dos trabalhadores brasileiros.

Quanto à unidade com a CUT, nas lutas, não há nada de novo. Sempre fomos a favor. Ocorre que desde a sua fundação a CUT já decretou três greves gerais que nunca aconteceram. E continua deixando os trabalhadores perplexos quando "evoluiu", em seu último congresso, da greve geral para uma discussão extemporânea de grupelhos, sectária, sobre a "luta armada", num verdadeiro show de demagogia. Além da "vaia democrática" em seu presidente. Lógico que o caminho não é por aí.

Ao nos jogarmos nas lutas para dirigí-las de fato, organizando a CGT nas bases, mantendo completa independência frente ao Estado e aos patrões, estaremos construindo uma central unitária e pluralista.

Estudantes realizam congresso em São Paulo e Sta. Catarina

A União Paulista dos Estudantes Secundaristas de São Paulo realizou seu 7º Congresso nos dias 30 e 31 de agosto. No primeiro dia os estudantes realizaram um debate sobre a Constituinte, que contou com a presença de diversos partidos políticos, entre os quais o PC do B, o PH, o PSB e o PT. Divididos depois em grupos, eles debateram suas reivindicações para a nova Carta Magna que determinará os rumos do país. No dia 31 a plenária reuniu os 250 estudantes para aprovar as propostas levantadas nos grupos de debate.

Por ampla maioria o congresso aprovou a imediata suspensão do pagamento da dívida externa. Por unanimidade aprovou-se a proposta de voto aos 16 anos.

Os estudantes decidiram prosseguir a campanha de construção dos grêmios livres na capital paulista. E levantaram, como principais bandeiras do congresso, a conquista de eleições diretas para diretor de escola e ensino público e gratuito para todos, em todos os níveis. O novo presidente eleito, Gélson José da Silva, ex-presidente do grêmio de sua escola, a Condessa Filomena Matarazzo, considerou que estas bandeiras "abrem espaço para a consolidação de uma nova escola, progressista e democrática, sintonizada com a realidade do povo".

Os novos diretores são, em sua maioria, membros dos grêmios de suas respectivas escolas, o que facilita seu objetivo de enraizar a entidade entre os estudantes.

A nova diretoria mostra-se decidida a aumentar a mobilização dos secundaristas, ainda aquém das necessidades criadas pela situação política do país. E com este fim propõe-se a debater as questões que mais interessam aos secundaristas da capital.

SANTA CATARINA

Enquanto os secundaristas paulistanos realizavam seu 7º Congresso, os catarinenses reconstruíam sua entidade estadual, a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, UCES, na cidade de Curitibanos.

Cerca de 600 delegados representando todas as regiões do Estado participaram do ato. A solenidade de abertura contou com a participação de muitas personalidades, como o deputado e candidato a vice-governador pelo PMDB Casildo Maldaner, o deputado e candidato ao Senado pelo mesmo partido Dirceu Carneiro, representantes do governador do Estado, do Ministério da Educação, do Incra, da UNE, da UBES e de partidos políticos. O prefeito, que garantiu a infra-estrutura do evento, foi muito aplaudido. O mesmo ocorreu com o representante do PC do B, João Guizoni.

O congresso aprovou resoluções avançadas sobre todos os temas. E no final foi apresentada a nova diretoria, eleita por unanimidade pelos congressistas, encabeçada por Adelir Veiga.

Posseiros de Xerém obtêm vitória

Uma combativa passeata de posseiros marcou o ato de solidariedade de 62 posseiros às oito famílias que ocuparam a Fazenda Santa em Caxias, no Estado do Rio. As famílias entraram na terra em 1968 e vinham sendo ameaçadas de despejo pelo grileiro Domingos Donel.

Os posseiros levaram diversos cartazes e organizaram uma roda onde cada um fazia um discurso, sensibilizando a população para a grave situação dos trabalhadores rurais na região e em todo o Brasil.

Como fruto da mobilização já foi obtida uma vitória parcial, pois o juiz indeferiu a liminar solicitada pelo grileiro, garantindo então a manutenção das famílais nas suas terras.

No último dia 23 já tinha havido um "angú da Balbina", promovido pelo PC do B na área rural de Xerém para angariar fundos para as famílias dos posseiros. Além do angú foi exibido um video-cassete com o programa do partido na televisão, despertando vivo interesse. Logo seguiu-se um concorrido debate onde vários camponeses tiveram a palavra. Diversos trabalhadores pediram sua filiação ao PC do B.

No final da noite foi realizado um animado leilão e depois anunciados os resultados da festa. Foram arrecadados Cz$ 551 para ajudar a luta dos posseiros. Edmilson Valentim e Jandira Feghali, candidatos do PC do B a deputado federal e estadual respectivamente, estavam na festa.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Foto: Agliberto Lima

Viaturas da polícia escoltam os poucos ônibus que circularam em Salvador

Na Bahia a greve dos motoristas foi vitoriosa

A greve geral dos motoristas, cobradores e despachantes dos ônibus urbanos e interurbanos parou a capital baiana de 27 a 29 de agosto e atingiu diversos municípios. A adesão da categoria, de 8 mil trabalhadores, foi total. O patronato arcou com um prejuízo de Cz$ 4 milhões. Indústrias do polo petroquímico e de Aratu e Feira de Santana foram afetadas.

No primeiro dia de greve, apenas dois ônibus saíram para o interior, quando normalmente viajam 600. Em Salvador, o prefeito decretou ponto facultativo devido à dificuldade do funcionalismo chegar ao serviço.

O motorista J. Carlos, candidato à presidência do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários (eleição de 22 a 26 próximos) pela chapa 2 - União e Força -, denunciou que a diretoria atual, comandada pelo pelego Braulino Sena, não queria a greve, que só saiu porque a oposição puxou o movimento. A diretoria do sindicato insistiu em não realizar piquetes, e mais uma vez a oposição interferiu para garantí-los.

Braulino não liberou o dinheiro do transporte para que os trabalhadores chegassem às 35 garagens à meia-noite, para os piquetes, assim eles só começaram a funcionar à 1 hora. A empresa Joevanza quis obrigar os motoristas a trabalhar, e a Ipiranga contratou policiais para dirigir os ônibus. Mas nenhum veículo saiu. Foram presos 82 piqueteiros, que agiam pacificamente. Já a Polícia Militar espancou muitos trabalhadores - alguns providenciaram exame de corpo-delito.

OFERTA IRRISÓRIA

As negociações com o patronato foram intermediadas pelo prefeito Mário Kertesz e pelo delegado regional do Trabalho, Waldir Regis. A categoria pretendia 30% de aumento salarial. Os patrões ofereceram irrisórios 2,75%. Braulino e os integrantes da chapa 3 - petistas - quiseram recuar. Mas a oposição sindical, chapa 2, não compactuou com a traição. As negociações prolongaram-se até as 6 horas da manhã, sem avançar.

No segundo dia, os patrões ofereceram aumento de 4,61%. Braulino e Zé Leite, encabeçador da chapa 3, aceitaram. Após cansativas rodadas de negociações, o delegado do Trabalho propôs 6% de aumento para motoristas e despachantes e 8% para cobradores, três meses de estabilidade, 20 minutos para o café e um lanche para o pernoite. Os patrões recusaram este último ítem, mas o acordo foi assinado.

CHAPA 2 LIDEROU

Segundo J. Carlos, ficou evidente nesse processo grevista que tanto Braulino como Zé Leite defendem a categoria nas assembléias, mas, na mesa de negociação, com os patrões, não têm firmeza. "Quem sustentou a greve de dois dias e meio fomos nós, da chapa 2, conquistando os percentuais de 6 a 8% que serão retirados do lucro patronal, porque a tarifa não será aumentada e não haverá subsídios da prefeitura".

Para o líder da chapa 2, a categoria precisa agora é mudar a diretoria do sindicato, "mas não será fácil derrotar o reinado de nove anos de Braulino Sena". Ele denuncia que "o pelego está gastando uma fortuna na campanha eleitoral. Contratou um assessor, Jairo, por Cz$ 15 mil, enquanto a categoria sobrevive com um salário de Cz$ 3.200".

J. Carlos é motorista há 17 anos, e já trabalhou em transportes de carga, na empresa Viazul e atualmente na Ipiranga, atuando há mais de cinco anos na oposição sindical. Ele lamenta a miopia política dos integrantes da chapa 3, que só aceitaram na sua composição quem fosse cutista ou petista, "mas nosso sindicato é da categoria, e não de partido político", enfatiza o presidente da chapa 2. **(da sucursal)**

Sabesp pode voltar a parar

Durante dois dias - na terça e quarta-feira - os funcionários da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, Sabesp, cruzaram os braços. Eles reivindicam aumento salarial de 20%. O movimento atingiu principalmente a Grande São Paulo, mas também em Presidente Prudente e Assis ocorreram paralisações. Não chegaram, contudo, a prejudicar o fornecimento de água à cidade. No dia 3 os trabalhadores sentaram à mesa de negociações com os diretores da Sabesp, no Tribunal Regional do Trabalho, mas a empresa simplesmente não apresentou nenhuma proposta e ainda ameaçou punir os grevistas!

Diante do impasse, o juiz do Trabalho propôs um prazo até o dia 10 para que a empresa elabore uma proposta. Durante o período a greve seria suspensa, mas nenhum funcionário seria punido. Os trabalhadores aceitaram a idéia, mas os diretores da Sabesp ficaram reticentes. Mesmo assim a greve foi suspensa e, até o momento em que encerrávamos esta edição, nenhum funcionário sofreu represália.

"Não temos interesse em afetar a população, mas se afetar a culpa será da empresa, que fez discriminação salarial", afirmou um integrante do comando de greve. No dia 11 os funcionários realizarão assembléia para deliberar nova paralisação dos trabalhos, caso a Sabesp não atenda suas reivindicações salariais. A empresa beneficiou, em reajuste recente, apenas os funcionários que exercem funções de chefia e os técnicos, discriminando 12.600 de seus 20 mil empregados. Com isso alguns setores - como os engenheiros - não se solidarizaram com o movimento, e foram chamados de fura-greves pela categoria. Os trabalhadores mantêm-se em estado de greve até a realização da assembléia, dia 11.

Vigilantes de Goiânia em luta

Os vigilantes de Goiânia estão em greve desde o dia 26, reivindicando piso de três salários-mínimos, produtividade de 12% e pagamento de 200% sobre horas-extras, além de 60 passes de ônibus por mês para o deslocamento até o serviço. Em duas mesas-redondas, na sede da Delegacia Regional do Trabalho, os patrões recusaram-se a atender às reivindicações.

A categoria tem um piso de apenas Cz$ 855,74. Cumpre uma jornada de trabalho, em média, de 14 horas diárias. Não tem intervalo para refeições, almoçando durante o trabalho. Além do mais, as empresas de vigilância mantêm uma lista negra com os nomes dos funcionários que entram com ações na Justiça ou participam da diretoria do sindicato ou de movimentos grevistas. O próprio presidente do sindicato, João Machado, amarga o desemprego e denunciou que está sofrendo ameaças de dois homens fortemente armados que têm visitado sua casa.

Por sugestão do vereador Euler Ivo (PC do B), os vigilantes foram à Câmara Municipal no dia 2, recebendo o apoio dos vereadores à sua luta. Acompanhados pela lideranças de todos os partidos com assento na Câmara, os grevistas mantiveram dia 3 uma audiência com o secretário da Segurança Pública, quando expuseram suas condições de trabalho e denunciaram as empresas de segurança irregulares. Euler Ivo enviou à DRT ofício solicitando garantias dos direitos dos vigilantes.

(da sucursal).

Paralisação dos ônibus abala capital paulista

Apesar de durar apenas um dia, a greve dos motoristas e cobradores de São Paulo no dia 1º. teve enorme repercussão. Dois ministros da República se deslocaram para a capital paulista e o prefeito Jânio Quadros aprontou as maiores estripulias contra os grevistas. Mesmo com a adesão da maioria dos 51 mil trabalhadores nos transportes coletivos, a paralisação não conquistou a vitória almejada e a categoria pode parar novamente.

Foto: Nani Gois

Na madrugada de segunda, dia 1º, ficou patente o peso estratégico da categoria dos condutores de ônibus num grande centro urbano. Com o êxito da greve, que teve a adesão maciça dos trabalhadores, toda a Grande São Paulo foi abalada. Cerca de 8 milhões de usuários ficaram sem transporte. Segundo a Fiesp, 70% dos operários das indústrias faltaram ao trabalho pela manhã devido à falta de condução. Também no comércio e nos bancos a ausência de funcionários foi sentida.

"Mostramos a força da categoria" afirma João Alves do Nascimento, presidente do Sindicato dos Condutores. Para ele, "essa foi a maior vitória da nossa greve. Os trabalhadores estão revoltados com os baixos salários, conscientes de sua importância e mobilizados para a luta. A qualquer momento podemos parar novamente por nossos direitos".

Mas apesar do sucesso do movimento, que deixou fora de circulação a maior parte dos 8.700 ônibus urbanos (2.700 da CMTC e 6 mil das 33 empresas particulares), a greve não alcançou as reivindicações desejadas. Os motoristas e cobradores lutavam por aumento de 40%, equiparação salarial dos funcionários das empresas privadas com a CMTC (empresa da prefeitura), redução da jornada de trabalho e outros itens.

"Demos uma trégua, mas temos todas as condições de parar novamente", diz sindicalista

O Tribunal Regional do Trabalho, que na tarde do dia 1º julgou o dissídio e a greve, considerando-a ilegal, concedeu apenas 5,8% de reajuste e o pagamento das horas-extras em dobro. "Isto é uma migalha. Não satisfaz a categoria e revoltou os piqueteiros", garante Miguel Carvalho, ex-diretor dos Sindicato e candidato do PC do B a deputado estadual.

Mesmo não agradando os trabalhadores, a assembléia realizada à noite, com cerca de 400 presentes, decidiu pelo fim da greve. "Com a decretação da ilegalidade a repressão ia aumentar e a barra ficaria muito pesada", explica João Alves. Todo Comando de Mobilização concordou com o término da paralisação para evitar maiores represálias e "um desastre total". O próprio policiamento ostensivo próximo ao local da assembléia dava provas disto. Segundo informações seguras, caso fosse votada a continuidade da greve, todas as lideranças do movimento seriam presas ali mesmo.

"Demos uma trégua, mas podemos parar novamente", afirma Miguel. Na assembléia os condutores deliberaram acompanhar a evolução dos acontecimentos. Caso os patrões descontem o dia parado e demitam os grevistas, e a prefeitura entre com recurso para anular os reajustes concedidos pelo TRT, a categoria deverá voltar à greve no próximo dia 11.

Devido ao peso estratégico da categoria, a greve teve inúmeras repercussões. O governo federal, por exemplo, tentou aparentar uma posição neutra no início do movimento. Preocupado com o futuro do Plano Cruzado, principalmente com o congelamento dos salários, enviou dois ministros à capital paulista. Num primeiro momento, o ministro do Trabalho ainda tentou reabrir as negociações. Mas depois da decretação da ilegalidade, Almir Pazzianoto lavou as mãos. Já o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, ameaçou "aplicar a lei com todo rigor".

Donos de empresas tentaram tirar proveito da greve para conseguir o aumento da tarifa

Os donos das 33 empresas concessionárias de ônibus, que têm sucateado o transporte e obtido altos lucros, tentaram se aproveitar da greve para conseguir do governo o aumento das passagens ou seu subsídio. Muitos deles inclusive facilitaram a paralisação, conservando os ônibus nas garagens. Após o TRT conceder o mísero reajuste, no entanto, passaram a chiar contra o congelamento dos preços, anunciaram que entrariam com recurso contra a decisão do Tribunal e que pediriam reforço da PM. Vale dizer que esta atuou com ponderação na segunda-feira. Ocorreram poucos choques com os grevistas, sendo presos 41 piqueteiros.

Por último, o prefeito Jânio Quadros foi o que mais se desmascarou com sua arrogância e prepotência **(ver quadro ao lado).**

O desgaste de Jânio

Prefeito muito arrogante

Se a greve no transporte paulista não resultou numa vitória completa dos trabalhadores, pelo menos apresentou um grande derrotado: o prefeito Jânio da Silva Quadros. Ele saiu completamente desgastado do movimento. "Ficou abaixo de zero no conceito da categoria", garante João Alves do Nascimento, presidente do Sindicato dos Condutores. Nas assembléias sindicais, inúmeros motoristas subiram no palanque para dizer que se arrependiam de ter votado nele em 15 de novembro passado. O coro mais comum dos grevistas: "Ora, ora, ora, Jânio Quadros está por fora".

Antes do pleito para a prefeitura em 1985, Jânio possuía certo respaldo nas garagens de ônibus. Segundo ativistas da categoria, ele foi o mais votado entre os funcionários da CMTC (companhia municipal de transporte). Isto porque na campanha eleitoral o candidato petebista fez várias promessas demagógicas. Afirmou que estatizaria as empresas concessionárias de ônibus, aumentaria os salários dos trabalhadores e reduziria a onda de violência no interior dos veículos.

Além disso, Jânio já contava com certo prestígio na CMTC devido à sua atuação no passado. Quando prefeito na década de 50 fez algumas concessões aos condutores e costumava andar, num gesto populista, com o chapéu de bico - símbolo dos motoristas e cobradores da empresa municipal.

CAI A MÁSCARA

Mas, depois que assumiu a prefeitura em janeiro de 86, a máscara do demagogo começou a cair. Com sua postura arrogante e prepotente, Jânio investiu pesado contra os funcionários e a própria CMTC. Conforme reconheceu recentemente, ele pretende privatizar a companhia municipal.

Entre seus ataques aos trabalhadores, o atual prefeito tentou reduzir a jornada de tabalho do pessoal da CMTC para seis horas com um profundo corte salarial; demitiu 162 funcionários da empresa, quando esta inclusive oferecia novos empregos; e ainda indicou para diretor da empresa o sr. Jether Abreu, ex-assessor técnico da Transurb - o sindicato patronal.

JÂNIO DESTILA ÓDIO

Com relação à greve dos condutores, Jânio também não conteve seu ódio aos trabalhadores. Decretou estado de emergência na capital para facilitar a ação do policiamento; no meio da paralisação, abriu vagas na CMTC para intimidar os grevistas; anunciou que acionaria o Exército contra os condutores; remeteu processo ao Tribunal para julgar a priori a paralisação, declarando-a ilegal. Agora o prefeito afirma que não acatará a decisão de reajuste do TRT e demitirá as lideranças grevistas.

"Se tivesse eleição hoje e o Jânio fosse candidato, ele não teria nem 1% dos votos da CMTC", afirma um ex-janista, com seis anos e meio de Companhia.

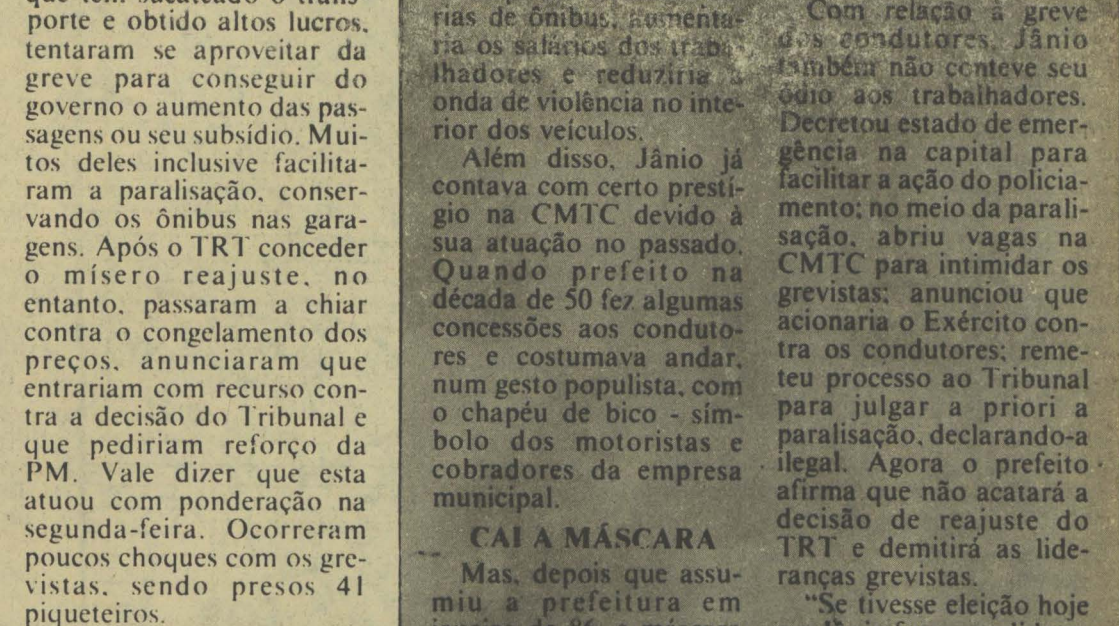
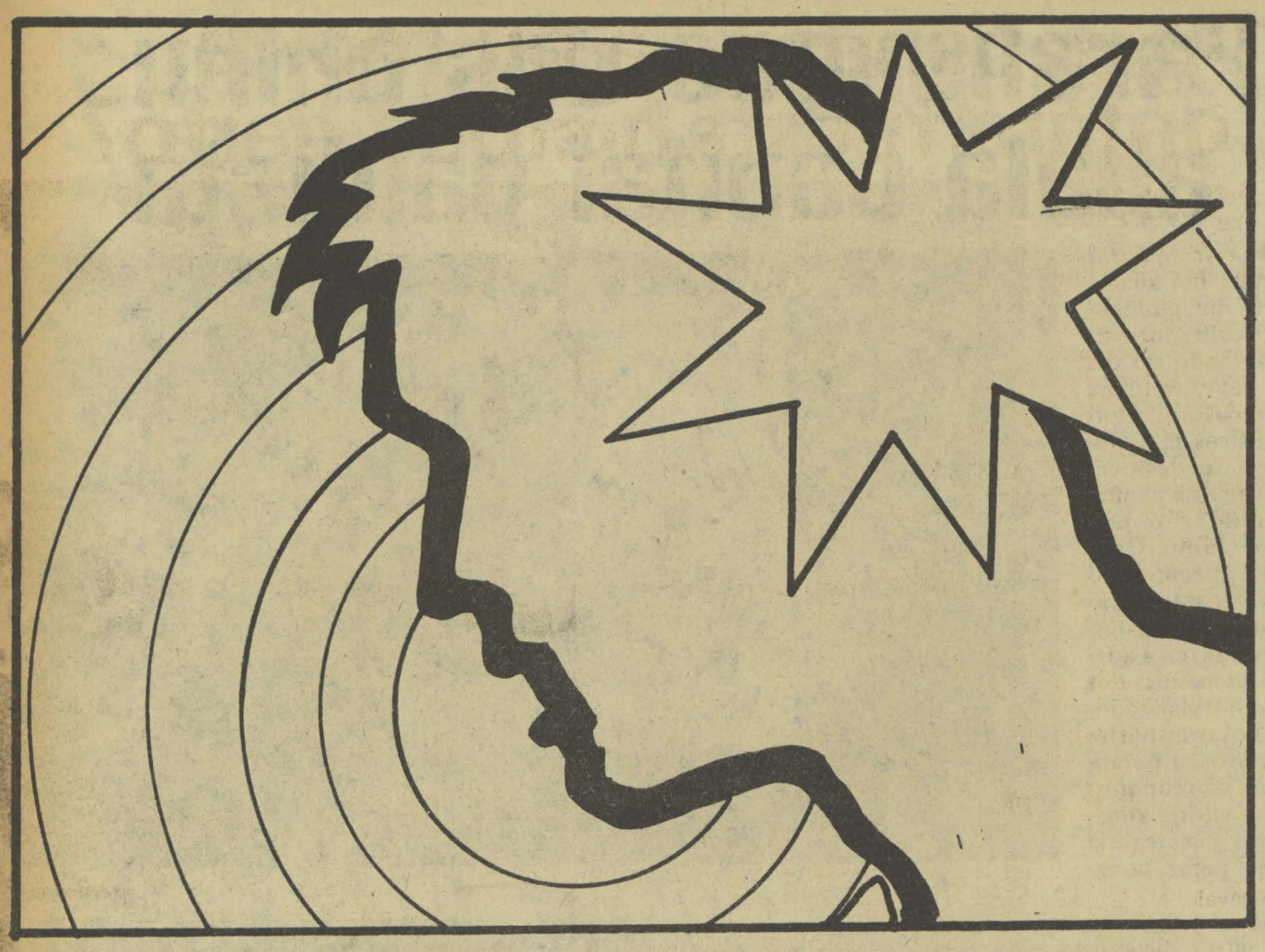


Foto: Ailton S. Leite

O comércio da capital fechou mais cedo devido à falta de ônibus

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Candidato do PC do B sofre agressão em Três Fronteiras

No último dia 20 o candidato a deputado estadual pelo PC do B, Geraldo Moreira de Souza, quando divulgava sua candidatura em Três Fronteiras (São Paulo), foi violentamente agredido por adversários políticos que inclusive quebraram o megafone, seu único meio de propaganda.

O candidato entende esta atitude como revolta daqueles reacionários que não se conformam com a mensagem de sua campanha, com a defesa dos interesses populares, principalmente a reforma agrária.

Enquanto os candidatos da elite divulgavam sua candidatura usando e abusando de seu poder econômico, os candidatos dos humildes e despossuídos são violentamente agredidos, uma prova de que a democracia precisa avançar e vencer. **(Assalariada rural moradora de Três Fronteiras - São Paulo)**

Professores querem campanha unificada

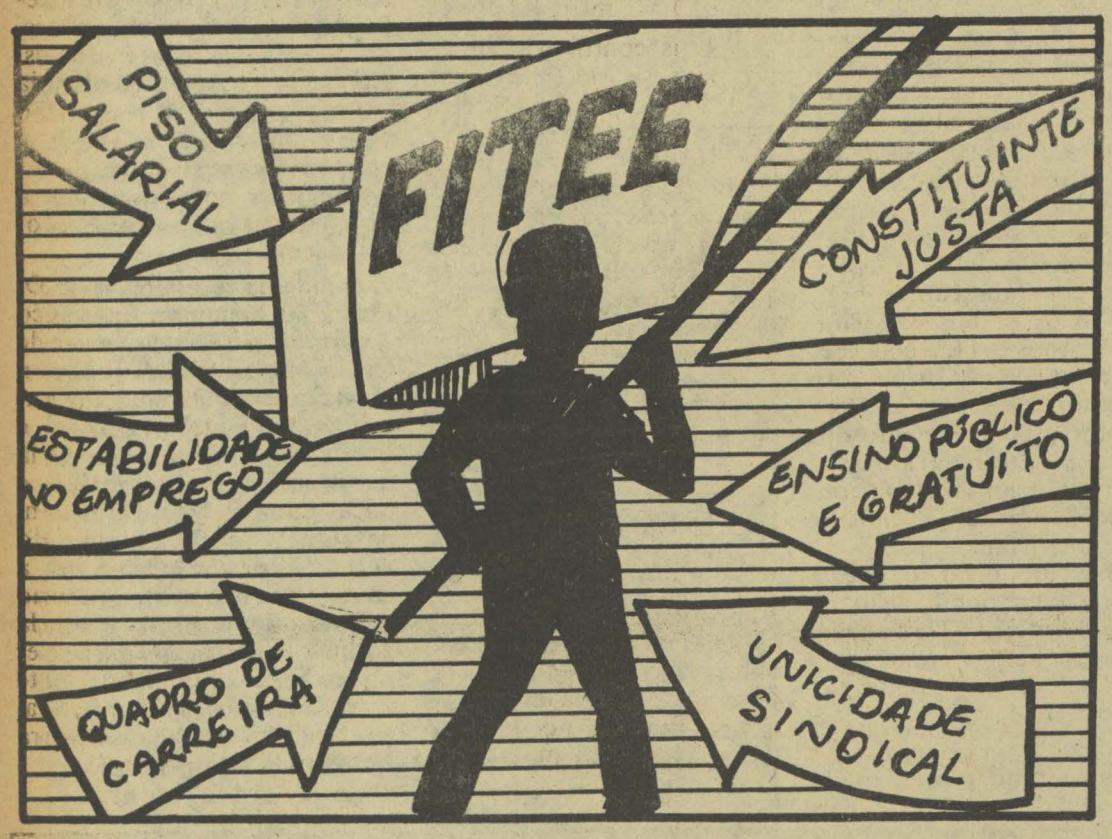
Em encontro realizado nos dias 17, 18 e 19 de julho, em Belo Horizonte, ficou decidido que a Federação Intersindical dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino realizará uma campanha salarial unificada de toda sua base sindical, que engloba professores e auxiliares da administração escolar dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. O encontro contou com cerca de 150 participantes, entre professores e auxiliares, inclusive dos Estados do Sul e do Rio de Janeiro, que definiram três reivindicações centrais para a campanha: estabilidade no emprego, piso salarial e quadro de carreira. Esta campanha unificada procurará envolver os sindicatos e federações de todo o país, e terá início neste 2º semestre de 86, culminando com a unificação dos processos de negociação salarial das categorias envolvidas ainda no 1º semestre de 1987.

O encontro da FITEE contou também com a presença de todas as entidades sindicais da base e apoio de várias entidades da área educacional e sindical, como CGT, Andes, UNE, sindicatos de professores de Petrópolis, Niterói, Londrina e Santa Catarina, além de entidades representativas de outras categorias.

Wellington Teixeira Gomes, presidente da FITEE, ressalta que o encontro abordou e tomou posições também acerca da política econômica, exigindo a manutenção do congelamento com ampliação do tabelamento de preços; repudiando a Convenção 87 da OIT, apoiando a efetiva realização da reforma agrária e repudiando a violência contra os trabalhadores rurais.

Em relação à situação política, os trabalhadores em estabelecimentos de ensino decidiram também lutar para que a Constituinte garanta a autonomia dos três poderes, institua o parlamentarismo no país, baseado em um governo de co-responsabilidade, extinga o Senado e defina que às Forças Armadas cabe apenas a defesa da soberania nacional. Exigem ainda que a nova Constituição assegure o direito à educação para todos, com ensino público e gratuito e com a valorização dos professores e funcionários.

O encontro aprovou um manifesto em defesa do mercado para a informática "protegendo os fabricantes nacionais de computadores". E uma moção de repúdio à repressão policial-militar que se abateu sobre a greve dos trabalhadores rurais de Leme (SP). **(FITEE - Belo Horizonte, Minas Gerais)**



Paramirim necessita de segurança

O Movimento Jovem do PMDB de Paramirim, Bahia, vem denunciar um fato de extrema importância para nossa comunidade, que é a falta de segurança. Nossa cidade sempre foi calma e tranquila. Só que ultimamente o terror e a insegurança vêm causando pânico aos habitantes, com o surgimento de diversos assaltos. Em maio um menor foi abordado por ladrões que tentaram assaltá-lo. Como ele não levava nada de valor nem dinheiro, foi atingido por vários tiros de revólver, o que causou grande revolta na população.

A polícia diz que nada pode fazer por falta de aparelhamento, visto que não possui viatura nem pessoal suficiente sequer para uma diligência rotineira. O governador João Durval e o prefeito da cidade, Durval Marques Leão, têm conhecimento da situação. Mas até o momento o secretário de Segurança Pública, coronel Bião Luna, nada fez de concreto para resolver a situação.

Precisamos mudar este estado de coisas, pois o nosso povo é sério e trabalhador, não podendo ficar desprotegido à mercê de ladrões e criminosos. Exigimos um posicionamento do prefeito e do governador pois a população da cidade não suporta mais os assaltos e o terror que assolam ultimamente nossa terra. Pagamos impostos, cumprimos nosso dever de cidadãos. O governo não pode fechar os olhos para nossos problemas. **(Movimento Jovem do PMDB e Associação Jovem de Paramirim-Bahia)**

Tem que ter povo na Constituinte!

A maioria dos candidatos à Constituinte faz questão de não presenciar a participação do povo na formulação da nova Carta Magna. Foi o que pude observar em minha cidade, Parelhas, no Rio Grande do Norte, num comício do PFL.

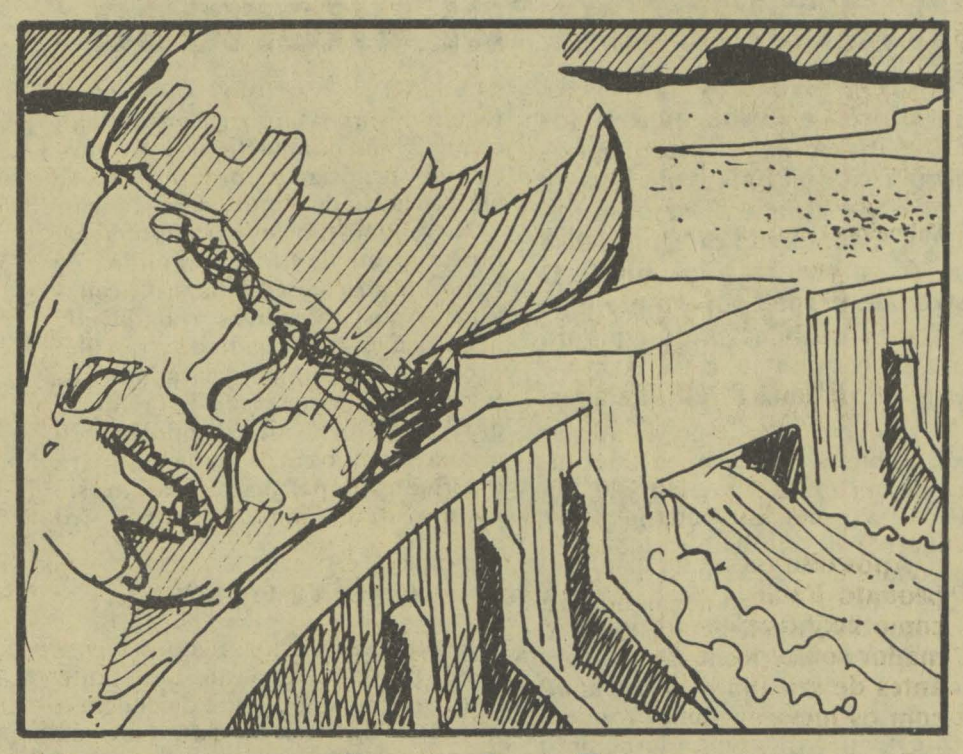
Reconhecendo a importância da mesma, o PC do B lançou um manifesto esclarecendo e convocando a população a repudiar qualquer atitude antidemocrática desses candidatos.

A consequência mais importante do manifesto foi o interesse da população de conhecer melhor o programa do partido. Nossos candidatos, representam, de forma insofismável, a vontade e o interesse do povo parelhense em participar da Constituinte. Enfim, estamos unidos por uma causa majoritária: a Constituinte. **(Eduardo - Parelhas, Rio Grande do Norte)**

fala o POVO

Os operários da Bayer de Belfort Roxo, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, preparam-se para realizar sua primeira greve em 22 anos. Consciente de que recebem os menores salários pagos pela multinacional alemã, exigem aumento e melhores condições de trabalho, além do direito de organização da comissão de fábrica.

Trata-se de uma importante mobilização. Mostra que os operários estão acordando para a luta por seus direitos, mesmo numa democracia ainda débil como a que temos no Brasil. É um exemplo a ser seguido por outras categorias. Trabalhador não precisa apenas de emprego, necessita também de salários decentes e condições dignas de emprego. *(Olívia Rangel)*



Governador do Amazonas viola direitos indígenas

Registrou-se no dia 24 de agosto mais um ato de agressão à floresta amazônica e aos lendários Waimiri-atroari, habitantes da fronteira Amazonas-Roraima. O governador Gilberto Mestrinho, acompanhado dos candidatos da Aliança Democrática (PMDB, PFL, PCB e PH) Amazonino Mendes e Gilvaldo Frota, além de Octávio Lacombe, inaugurou a primeira hidrelétrica particular na Amazônia - a do rio Pitinga, onde a mineradora Taboca, do grupo Paranapanema, explora uma reserva de 300 mil toneladas de cassiterita dentro da reserva indígena, num total desrespeito ao artigo 198 da Constituição.

A mineradora tem causado sérios problemas aos índios. A poluição dos rios Tiraju e Alalau, provocada pela lavagem do minério, causou a morte de milhares de peixes (alimentos dos índios) e doenças estranhas em três aldeias indígenas.

Estes atos de agressão à natureza e aos índios, que no início do século eram seis mil e hoje são apenas 375, causou apreensão à sociedade amazonense. Contudo, no ato de inauguração, Gilberto Mestrinho declarava-se tichaua honorário dos Waimiri-atroari. Estranho este tichaua: retira todo o minério dos índios, constrói hidrelétricas e polui o rio Alalau naquela nação destinada à extinção; a não ser que o movimento de apoio à resistência Waimiri-atroari, seja reativado e declare guerra aos assassinos que dentro de 60 anos deixarão um buraco e uma região devastada pelos tratores e bombas de dinamite.

(Grupo de ecologistas do Amazonas)

Operários da Bayer do RJ preparam greve

A Bayer do Brasil é uma multinacional alemã que há 90 anos explora os trabalhadores brasileiros e tem em Belfort Roxo, distrito de Nova Iguaçu, a sua terceira maior fábrica mundial, com 2 mil trabalhadores, que recebem os menores salários da empresa.

Além de sugar o sangue de seus operários, a fábrica arrisca a vida da população, pois inaugurou uma unidade que em outros países só poderia ser construída em locais isolados, tal sua periculosidade.

Os operários da Bayer têm mostrado que não estão indiferentes a esta situação. Estão se mobilizando e conclamando a população a apoiar sua luta.

Recentemente realizaram numa assembléia com 1.200 trabalhadores para discutir as seguintes reivindicações: 1 - 35% de aumento, contra os 18,9% oferecidos pela firma; 2 - 1 hora de descanso contra 30 minutos oferecidos pela empresa; 3 - triênio de 5%; 4 - 40 horas semanais; 5 - férias em dobro; 6 - comissão de fábrica; 7 - estabilidade no emprego. A empresa nega-se a negociar as duas últimas reivindicações.

No dia 27 de agosto os operários realizaram uma passeata pelo centro de Belfort Roxo com mais de 600 operários. No dia 1º de setembro foi realizada nova assembléia, onde foi aprovada por unanimidade greve a partir do dia 6 de setembro.

Todas as medidas foram tomadas porque a direção da empresa recusa-se a atender às reivindicações dos operários. A passeata foi a primeira dos trabalhadores da Bayer, que há 22 anos não realizam uma greve. Foi uma demonstração de força, mobilização e organização dos trabalhadores. **(Tribuneiros de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro)**

Esposa do prefeito impede palestra sobre Constituinte

Escrevo esta carta para denunciar os desmandos dos poderosos na cidade de Jequié, Bahia.

Eu e João Magno Chaves, militantes do PC do B, planejamos e tentamos realizar uma palestra sobre "O que é Constituinte" numa escola da rede municipal de ensino. Fomos impedidos pela esposa do atual prefeito José Simões de Carvalho, a senhora Anísia Tourinho de Carvalho, que carregou a chave da escola Adelina Ribeiro para que a palestra não ocorresse.

Isto leva a crer que os principais responsáveis locais pela educação e conscientização do povo não estão interessados em lhe dar chance para que possa escolher seus candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, que irá traçar novos rumos para o povo através da nova Constituição.

Agora pergunto: como é que uma construção feita com o dinheiro do povo não pode ser frequentada livremente, tendo as "anísias tourinhos" da vida para impedir que o povo possa usufruir de seus bens? **(Valdek Almeida de Jesus - Jequié, Bahia)**

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Foto: Wilson Mello

Palmeiras e Internacional, um triste consolo na final do campeonato

Futebol vive os negros tempos do malufismo

Após oito meses de disputa ininterrupta, terminou o Campeonato Paulista de Futebol Profissional de 1986 exibindo, como acontece nos últimos dez anos, um retrospecto desanimador sob o ponto de vista técnico-desportivo. Uma semana antes de seu final, já tinha início o Campeonato Brasileiro, com os mesmos vícios e erros prometendo reprise.

O certame paulista, 73º de sua história, começou em fevereiro, na mesma semana em que Telê Santana convocava a seleção brasileira que foi ao México disputar a Copa. Os dirigentes programaram a tabela com três turnos, sendo dois de ida e volta sem separação de chaves e um quadrangular final reunindo os campeões dos dois turnos e os dois melhores colocados na classificação geral por índice técnico. Não se preocuparam com a disputa simultânea da Copa do Mundo. Acharam que os torcedores dariam ao jogo ao vivo pela TV entre Argentina e Inglaterra, por exemplo, a mesma importância a um emocionante confronto entre paulistas de Jundiaí e Mogi-Mirim.

A média de público no primeiro turno foi de chorar: abaixo de 4 mil torcedores por partida. Nem os clássicos entre os chamados "grandes" reuniram mais de 40 mil pagantes. Em 1976 a média do campeonato deste ano despertou. A média de gols também foi baixa. O ataque da Internacional de Limeira, finalista e líder na classificação geral dos dois primeiros turnos, arrancou 56 gols durante todo o campeonato. No ano passado, apenas Careca e Müller, do São Paulo, marcaram 47 gols.

MANOBRAS MALUFISTAS

As marcas negativas não param por aí. O campeonato de 86 foi o mais manobrado pelos interesses políticos em toda a história do futebol paulista. José Maria Marin e Abi-Chedid, dirigentes da Federação Paulista de Futebol licenciados para disputar as eleições pelo PFL malufista de São Paulo, usaram despudoradamente o prestígio de seus cargos para favorecer os clubes amigos e perseguir os que não optaram pela posição política de ambos. Salvaram times medíocres condenados ao rebaixamento e prejudicaram impiedosamente, através de arbitragens desonestas, os que não se alinharam ao esquema pefelista.

Sem falar na desastrosa arbitragem da semi-final que quase elimina o Palmeiras na disputa do título num jogo contra o Corintians, quando o juiz invalidou o gol legítimo de Vagner, deixou de anotar pênalti inquestionável do zagueiro corintiano Edvaldo, e validou um gol irregular de Cristovão. Na partida seguinte, já nas finalíssimas, novamente o Palmeiras deixou de vencer por que o juiz não marcou pênalti em Diogo, que o próprio zagueiro limeirense admitiu ter cometido.

Mas lembrando o poeta, "de tudo fica um pouco". E deste desanimado e sofrível campeonato ficou a lição de que as fórmulas complicadas e as injustiças deliberadas às vezes não conseguem suplantar a qualidade técnica. Com todos os obstáculos, Palmeiras e Internacional foram os finalistas, justamente os que pontuaram a classificação geral nos dois turnos iniciais. Triste consolo, é verdade. Mas pela fórmula de disputa, até um lanterninha rebaixado podia ser o vencedor, o que não consolaria nem os próprios campeões.

(Jessé Madureira)

"Independência ou morte!" Contaram esta história certo?

Como todos os anos, durante a Semana da Pátria as escolas e os meios de comunicação martelam nos ouvidos de nosso povo o papel destacado de D. Pedro I no processo de independência do país e a transição pacífica - que chegaria a caracterizar a índole de nossa gente - no processo político brasileiro. Mas mesmo a enfadonha repetição ao longo de décadas não transforma a mentira em verdade.

Felipe dos Santos é julgado em Minas por fazer oposição ao "domínio da canalha do rei"

"Leu Sua Alteza ali mesmo os despachos (de José Bonifácio), parecendo comover-se; e depois, afetando calma, como quem medita em angústia, entrega os papéis ao seu ajudante, dizendo qualquer coisa a meia-voz.

"Em seguida, num largo movimento de alma, diz alto: 'É preciso acabar com isto!'. Esporeia o cavalo, e a grande galope avança para o lugar onde o séquito se achava. A sentinela brada às armas; forma a guarda precipitadamente, e faz as continências. E para toda aquela gente em espanto D. Pedro exclama: - 'Camaradas! as Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua Independência. Estamos definitivamente separados de Portugal!' E levantando a espada, num repto de entusiasmo, gritou com toda a força dos seus robustos pulmões: 'Independência ou Morte!' ".

Esta é a versão oficial do processo de rompimento do Brasil com Portugal. O texto, tirado da "História do Brasil" de Rocha Pombo, é repetido em inúmeras publicações e até encenado em filme que teve patrocínio governamental durante a ditadura militar e em novela recente. O conjunto de lutas, revoltas e movimentos que configuram a afirmação do Brasil enquanto nação independente fica reduzido, assim, a um rompante do filho do rei de Portugal. E o príncipe, poucos anos depois, partiria para Portugal onde as "Cortes de Lisboa", que queriam escravizar o Brasil, o coroariam rei...

O POVO PRESENTE

Mas isso é a versão, não a história. A realidade foi bem outra. Como afirmou Pedro Pomar no seu folheto "O povo conquistará a verdadeira independência"; "A proclamação da Independência e a fundação do Estado nacional brasileiro, em 1822, resultaram de um cruento e doloroso processo de lutas e vicissitudes. Seu maior artífice foi o povo. Cabe-lhe o principal mérito pela vitória da causa autonomista".

Pomar destaca que o "sentimento nativista brasileiro já aflorara na guerra contra os holandeses, quando se aliaram os interesses de várias classes em defesa do território, do que nele havia sido construído". E, de fato, nos anos 1600 mesmo a produção literária brasileira já registra um anseio pela soberania do Novo Mundo. Frei Vicente do Salvador, por exemplo, na sua "História da Custódia do Brasil", concluída em 1627, expunha com forte espiríto nacional, a trama cobiçada em torno da nossa riqueza visando continuar alimentando em Portugal uma situação de luxo e preeminência, enquanto na terra livre da América, nada se fazia pelo seu progresso. No livro, frei Vicente escreveu: "Nenhum homem nesta terra trata do bem comum. Cada um cuida do seu bem particular". A obra foi recolhida pelas autoridades portuguesas...

É também nos anos 1600 que vêm à luz as obras de Gregório de Matos, folclorista, poeta e rebelde baiano. São deles estes versos:

"Quem os brasileiros são bestas,
E estão sempre a trabalhar
Toda a vida por manter
Maganos de Portugal".

Anticlerical (apesar de irmão de padre) e crítico do domínio português, foi banido pelas autoridades lusas para Angola, de onde só voltou às vésperas da morte, em 1696.

Os movimentos nativistas pipocavam. Logo no início dos anos 1700 ocorre a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, contra comerciantes portugueses. Em Pernambuco ecolode a Guerra dos Mascates, por problemas de comércio e taxações impostas pelos portugueses. Em 1719, os mineradores revoltam-se contra o controle de sua produção pela Coroa, em Minas Gerais. A revolta foi sufocada e seu líder, Felipe dos Santos, enforcado e esquartejado por concitar o "patriotismo dos brasileiros" a esmagar o "domínio da canalha do rei".

Como notou Pedro Pomar, "a dominação colonial aparecia como o maior obstáculo ao avanço da economia brasileira, às aspirações da gente da terra à liberdade e à cultura". No final do século XVIII um estudante na França, José Joaquim da Maia, escreveu a um dos líderes da Independência dos Estados Unidos, Thomas Jefferson: "Sou brasileiro e sabeis que minha desgraçada pátria geme em um espantoso cativeiro, que se torna cada dia menos suportável. Estamos dispostos a quebrar nossas cadeias e fazer reviver nossa liberdade, que está completamente morta e oprimida pela força".

Portugal estava mergulhado em profunda crise econômica. E a solução para seus problemas era o aumento dos impostos no Brasil. Isso, naturalmente, atiçava o descontentamento entre os brasileiros - mesmo setores das classes dominantes locais, como fazendeiros e comerciantes. A colônia tinha 3 milhões e 250 mil habitantes dos quais metade eram escravos. Do Brasil saíam drogas da Amazônia, algodão, açúcar, fumo, couro e ouro. E para cá vinham trigo, azeite, bacalhau, tecidos, calçados, ferragens, bebidas, sabões, velas... e escravos. O comércio era monopolizado pelos portugueses.

As lutas contra o domínio português se multiplicavam. Há a Inconfidência Mineira, esmagada - aos algozes, um de seus líderes, Tiradentes, afirma: "Uni minhas amarguras às do povo, que eram maiores, e foi assim que a idéia da libertação tomou conta de mim". Há a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, com expressiva participação popular. Quatro de seus líderes, todos negros, são condenados à morte - João de Deus e Manuel Faustino, alfaiates; Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, soldados.

ROUBOS E TÍTULOS

Em 1807 a família real foge de Portugal e aporta no Brasil. O país é invadido por 15 mil nobres. Para abrigá-los, o rei D. João VI confisca residências de brasileiros, no Rio de Janeiro. Um dito popular da época fustiga os senhores de "sangue azul":

"Quem furta pouco é ladrão.
Quem furta muito é barão
Quem mais furta e esconde
Passa de barão a visconde".

Dez anos depois, em Pernambuco, brasileiros formam um governo revolucionário que decreta a liberdade de imprensa e aumenta salários. E denuncia: "A Corte só serve para cobrar mais impostos e recrutar nossos filhos para morrer sem saber por quê!". O rei manda suas tropas esmagar os rebeldes. Em três meses de combate, são mortos 100 brasileiros. Dos prisioneiros, 13 são condenados à morte; 28 morrem nos cárceres; 800 são expulsos do país. A corte ainda tem a força das armas para se manter na chefia do Brasil.

Em 1821 a família real regressa a Lisboa. Os brasileiros comentam: "Esses senhores não vieram para cá em busca do nosso bem, mas sim dos nossos bens..." O movimento político pela separação do Brasil de Portugal cresce. Fala-se em um Partido Brasileiro, integrado por fazendeiros, padres, doutores, jornalistas e oficiais. Na troca de correspondência entre o rei João VI e seu filho Pedro, que ficara no Brasil, é acertada a necessidade de os portugueses anteciparem-se a uma ruptura radical entre colônia e metrópole.

O filho do rei chamava-se D. Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbom. Dele o povo dizia que "tem nome comprido e idéias curtas". Mas é ele quem declara a independência do país no 7 de setembro e fica à frente do primeiro governo autônomo do Brasil e ainda garante a passagem do poder ao seu filho, que o manterá até a proclamação da República, em 1889. Só que isso já é outra história. **(Carlos Pompe)**

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. **Telefone:** 36-7531 (DDD 011) **Telex:** 01132133 TLOBR **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira. **Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. **ALAGOAS - Arapiraca:** Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. **AMAZONAS - Manaus:** Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. **BAHIA - Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **Paratinga:** Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. **Salvador;** Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. **DISTRITO FEDERAL - Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. **CEARÁ - Fortaleza:** Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Iguatú:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. **GOIÁS - Goiânia:** Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. **MARANHÃO - São Luís:** Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. **MATO GROSSO - Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande:** Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS - Belo Horizonte:** Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **PARÁ - Belém:** Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. **PARAÍBA - João Pessoa:** Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. **PARANÁ - Curitiba:** Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. **Londrina:** Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. **PIAUÍ - Teresina:** Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. **PERNAMBUCO - Cabo:** Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. **RIO GRANDE DO NORTE - Natal:** Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. **RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves:** Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. **Rio Grande:** Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s 23, 2º andar. **RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. **SANTA CATARINA - Florianópolis:** Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. **SÃO PAULO - Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. **SERGIPE - Aracaju:** Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, *Litarte Fotolitos Ltda.* Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorues. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	□ Cz$	260,00
Anual popular (52 edições)	□ Cz$	130,00
Semestral (26 edições)	□ Cz$	130,00
Semestral popular (26 edições)	□ Cz$	65,00
Trimestral (13 edições)	□ Cz$	33,00
Anual para o exterior (dólares)	□ US$	70

Nome: .....
.....
Endereço: .....
.....
Bairro: .....
Cidade: ..... CEP: .....
Estado: .....
Profissão: .....
Data: .....

Endereçe a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Dia 11 os bancários vão parar

Os 800 mil bancários de todo país deverão entrar em greve a partir do dia 11, quinta-feira próxima. A decisão de "parar o Brasil" foi tomada por unanimidade, no encontro das lideranças da categoria, realizado no último dia 30 no Rio de Janeiro. Segundo os dirigentes sindicais bancários, "a greve é irreversível" caso os banqueiros não atendam as principais reivindicações desta sofrida parcela de trabalhadores.

O Encontro Nacional dos Bancários refletiu bem o clima de revolta e mobilização da categoria no país inteiro. Na verdade, quase não houve discussão ou polêmica na reunião do Rio de Janeiro. Em menos de duas horas, as lideranças bancárias aprovaram a paralisação unificada e as demais propostas apresentadas pelo comando unitário da campanha salarial, que reúne a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), todas as federações e sindicatos da categoria no Brasil.

De acordo com o deliberado, nenhum sindicato isoladamente poderá assinar acordo em separado com os bancos. Apenas o Comando Nacional tem poderes para autorizar a assinatura de acordos. Também ficou definido que no próximo dia 10 serão realizadas assembléias de todos os sindicatos para avaliar a postura dos patrões e dar os últimos retoques na mobilização para a greve - no dia seguinte.

Ao Comando Nacional, que agora se transfere para a capital paulista (onde fica sediada a entidade patronal, a Fenaban), caberá discutir a evolução do movimento grevista e das negociações salariais. Este deverá fazer uma reunião no dia 13, sábado, para avaliar a mobilização e fixar as novas formas de pressão da categoria em todo país.

"Temos tudo para repetir a dose de 1985", garante líder sindical

O encontro do dia 30 também confirmou as principais reivindicações dos bancários: piso salarial de Cz$ 3 mil; 26,5% de aumento; 10% de produtividade; 100% do IPC de março a agosto (sem expurgo dos empréstimos compulsórios); e estabilidade no emprego. E, num clima de euforia, fez um rápido balanço da mobilização da categoria - principalmente a partir das massivas manifestações do Dia Nacional dos Bancários, em 28 de agosto.

Segundo Reginaldo Lira, diretor do Sindicato dos Bancários de Alagoas e membro da CGT local, "a mobilização da categoria em todos os Estados está muito boa". Álvaro Gomes, secretário-geral do Sindicato dos Bancários da Bahia, tem a mesma avaliação. Para ele, "desde o início da campanha salarial ficou claro que era possível conseguir uma ampla mobilização. Agora, temos tudo para repetir a dose do ano passado".

Foto: Raul Junior

As manifestações do dia 28, como a de São Paulo, animaram o encontro nacional, que decidiu pela greve

As falsidades dos banqueiros

Uma das cenas mais tragicômicas da campanha dos bancários é a choradeira dos banqueiros nas negociações salariais. Eles afirmam que nada podem oferecer de aumento aos funcionários, porque foram prejudicados pelo Plano Cruzado. Mas os fatos desmentem esse grande engodo.

Segundo levantamento do Sindicato dos Bancários de São Paulo, na última década os bancos tiveram "as mais altas taxas de rentabilidade, superiores a todos os outros setores da atividade econômica nó país". Ainda de acordo com esse estudo, "a soma dos lucros dos dez maiores bancos que publicaram balanço do primeiro semestre deste ano atinge a expressiva cifra de 36,6 bilhões de cruzados. Para se ter uma idéia desse valor, ele representa quase o dobro das estimativas de arrecadação em 1986. Representa também mais de 10% de toda a arrecadação de impostos do governo no ano de 1986" (**Tabela I**).

O estudo também comprova que, após o Plano Cruzado e com os ajustes feitos pelo governo no setor bancário, os poderosos bancos lucraram ainda mais. Além de demitir mais de 100 mil bancários, eles passaram a cobrar os serviços prestados à população em geral. A renda dos serviços bancários no primeiro semestre desse ano foi 3,7 vezes maior que a obtida no segundo semestre do ano passado (**Tabela II**). Até o fim do ano, essa conta deve crescer 9,4 vezes.

Se no ano passado as receitas de serviços bancários representavam 11,9% da folha de pagamento nos dez maiores bancos, após o Plano Cruzado essa participação cresceu para 68,6%. Ou seja: seis vezes mais.

Por outro lado, os trabalhadores do setor continuam amargando péssimas condições salariais. De acordo com as informações das Guias de Contribuição Sindical, mais de 46% dos bancários paulistas recebem menos de três salários mínimos e ganham um salário médio de Cz$ 1.591,91. Não é para menos a mobilização por aumentos salariais.

Lucro dos bancos

BANCO	Cz$
Banco do Brasil	28.774.400.443
Bradesco	3.356.700.787
Itaú	1.402.334.018
Bamerindus	156.052.697
Nacional	458.674.256
Mercantil S.Paulo	135.291.248
Real	738.873.538
Unibanco	694.115.669
Noroeste	64.274.252
Safra	820.732.456
Total	**36.601.449.364**

Rendas de serviços bancários

BANCOS	2º. SEMESTRE/85	1º. SEMESTRE/86
Banco do Brasil	858.097.155	3.890.220.981
Bradesco	114.770.155	777.364.158
Itaú	125.936.267	475.665.339
Bamerindus	59.568.452	155.520.672
Nacional	138.164.133	286.084.570
Mercantil de SP	278.616.627	394.565.990
Real	92.916.504	289.580.579
Unibanco	74.822.451	224.877.753
Noroeste	6.948.575	28.446.184
Safra	8.098.610	28.546.597
Total	**1.757.939.640**	**6.550.872.823**

Revolta é maior nas agências dos bancos privados, como no Bradesco

Apesar da crescente disposição de luta dos bancários, a campanha deste ano apresenta alguns fatores controvertidos. Na greve nacional de setembro passado, por exemplo, o polo dinâmico da mobilização foram os bancos estatais. Estes, contando com maior organização interna, estiveram na linha de frente da paralisação e dos piquetes na maioria dos Estados. Nos bancos particulares a organização era frágil.

Agora a situação se inverteu. Os funcionários dos estabelecimentos privados, que são mais arrochados e foram vítimas de uma grande onda de demissão (150 mil no Brasil todo), é que estão mais mobilizados e radicalizados. No Bradesco, o maior banco privado do país, é que se encontra o maior nível de revolta. Há duas semanas atrás, mais de 50 agências pararam espontaneamente, surpreendendo inclsuive algumas lideranças sindicais. Afinal, este banco era tradicionalmente o mais desmobilizado, devido à grande repressão interna e à alta rotatividade de mão de obra (segundo levantamento parcial, de quatro em quatro anos o banco troca todo seu quadro de funcionários).

Já nos bancos estatais, como Banco do Brasil, se nota um certo clima de intimidação entre os funcionários. Isto porque as estatais têm feito constantes ameaças de corte de pessoal, de fechamento de centenas de agências. Além disso, o governo tem anulado direitos adquiridos nas estatais, como o comissionamento, e limitado as horas-extras.

Este novo quadro de mobilização bancária traz vantagens e desvantagens. Por um lado, coloca em movimento um maior número de bancários, que se encontram nos estabelecimentos particulares. Em São Paulo, por exemplo, dos 147 mil bancários da base sindical da capital, 112 mil trabalharam nos bancos privados. Mas por outro lado, faz a campanha salarial se ressentir da maior organização dos funcionários das estatais.

"Para nossa greve ser vitoriosa é fundamental a adesão maciça dos companheiros das estatais", alerta Ederaldo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Ele acredita que com as manifestações do último dia 28, como a da capital paulista com mais de 50 mil pessoas, aumentou o ânimo dos funcionários dos bancos governamentais. "Mas isso não é suficiente. Estes companheiros têm tradição de luta e maior organização nos locais de trabalho. Eles precisam entrar nessa briga com tudo, assim como fizeram na paralisação do ano passado".

Banqueiros e o governo vão jogar pesado contra a greve do dia 11

Nos poucos dias que antecedem a greve de quinta-feira, a maior preocupação das lideranças bancárias é a de agilizar a mobilização nacional e coesionar ainda mais a categoria. Além disso, outro ponto fundamental para a vitória do movimento é garantir a unidade de todas as entidades sindicais envolvidas na campanha unificada. Como definiu o encontro do Rio de Janeiro, nenhum sindicato poderá quebrar essa unidade.

"Essa greve promete ser dura, pode se prolongar por vários dias, e depende muito da nossa união", comenta Álvaro Gomes. Ele prevê que os banqueiros e o governo vão jogar pesado para derrotar os bancários. "O governo tem consciência de que o sucesso da nossa greve representa um golpe fatal no arrocho salarial do Plano Cruzado. E os banqueiros temem que a vitória fortaleça ainda mais o nosso movimento sindical".

Indicadores dessa forte reação contra o movimento dos bancários são inúmeras. Os banqueiros, por exemplo, só responderam a pauta de reivindicações dos bancários no último dia 29, quando esta fora entregue mais de um mês antes - em 10 de julho. Na ocasião, com o maior cinismo, os dirigentes da Fenaban disseram que o setor estava em crise e que só poderiam conceder o IPC expurgado - o que equivale a um reajuste de apenas 5%, passando o piso de Cz$ 1.591 para Cz$ 1.650.

Além disso, os poderosos banqueiros, com seu costumeiro oportunismo, querem aproveitar-se do movimento dos bancários para obter novas vantagens do governo. Eles, que foram super-beneficiados depois do Plano Cruzado (**ver quadro ao lado**), querem agora a redução do depósito compulsório.

Por sua vez, o Banco do Brasil já entrou com o pedido de dissídio, que será julgado no próximo dia 10 - na véspera da greve. Como explica Reginaldo Lira, "isso é uma manobra do governo para desmobilizar a categoria. Com o julgamento do dissídio, querem inviabilizar a greve no Banco do Brasil e assim prejudicar todo o movimento dos bancários".

Magistério também organiza a sua greve

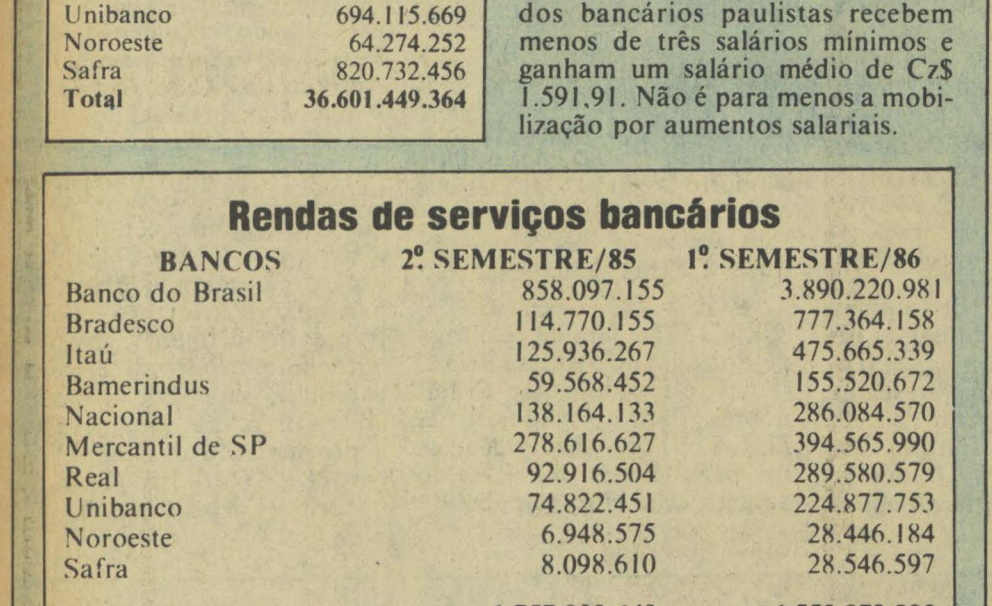


Foto: Regina Vilela

Manifestação do último dia 26 evidenciou o clima de revolta na base

Os mais de 200 mil trabalhadores no magistério de São Paulo se preparam para uma nova greve em setembro. É que a proposta apresentada pelo governo do Estado, de aumento de três referências em setembro e mais três em janeiro, não satisfaz a categoria. Esta reivindica basicamente um piso salarial de cinco salários mínimos, como forma de dar maior estabilidade ao conjunto dos trabalhadores e valorizar a educação.

O projeto do governo foi criticado pelas quatro entidades que desde 1982 dirigem a campanha salarial conjunta do magistério. Em nota oficial, Apeoesp, Udemo, CPP e Apase manifestaram sua insatisfação "com o posicionamento do governo que encerrou unilateralmente o processo de negociação, decidindo encaminhar à Assembléia Legislativa projeto de lei que não atende à reivindicação do magistério".

No caso dos professores (cerca de 196 mil em todo o Estado) a proposta governamental também foi rejeitada nas quase 80 reuniões realizadas no interior paulista no final da semana passada. Nestes encontros os docentes exigiram a reabertura das negociações salariais e aprovaram a realização da greve na segunda semana de setembro.

PERDA SALARIAL

A revolta do magistério com a constante queda salarial é bastante grande. Isto ficou evidente na manifestação de protesto diante do Palácio dos Bandeirantes, no dia 26, que reuniu cerca de 40 mil trabalhadores. Em 1979, no início do governo Maluf, o piso salarial da categoria era equivalente a 5,1 salários mínimos; no final de sua gestão, já equivalia a apenas três. Com o governo Montoro a queda se manteve: em março de 86 o piso era de 2,2 salários mínimos.

As entidades representativas do magistério, no entanto, não negam que no governo Montoro ocorreram algumas melhorias. Fruto da luta da categoria, atualmente a massa global salarial é mais elevada. Também se conquistou a mudança do Estatuto do Magistério, que hoje é mais democrático. Elas também não desconhecem que as relações do movimento sindical com o governo melhoraram. "Hoje há um mínimo de diálogo, bem diferente dos períodos de governo autoritário, como no do Maluf", afirma Beatriz Pardi, diretora da Apeoesp (Associação dos Professores).

Mas estas mudançsa são insuficientes, afirmam os líderes sindicais, para quem o governo ainda não prioriza a educação. Os sindicalistas criticam principalmente a conduta do governo nesta campanha salarial. Este encerrou as negociações arbitrariamente, remeteu à Assembléia Legislativa um projeto de lei sem consultar o magistério, e já emitiu circulares ameaçando os professores que aderirem a greve, inclusive com corte do ponto.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois